CHAMAMENTO PÚBLICO 005/2023

Protocolo: 2972/2023

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica, para Contratação de empresa especializada, com um professor de música, para prestação de serviços de Oficina de Canto e Coral, no CRAS de Piên, 08 horas semanais, nas quartas-feiras em atendimento à Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil.

Prefeitura Municipal de Piên - Rua Amazonas, 373 - Centro - Cep: 83860-000 – Telefone 41- 3632-1136

Tramitação do Processo

PIÊN PREFEITURA

Processo: **2972/2023** Data: **14/09/2023 14:11** Situação: **Aguardando**

Requerente: **Centro de Referência de Assistência Social (Cras)** Documento: **null**

Contato: **Centro de Referência de Assistência Social (Cras) - Tel: 4136321137**

Assunto: **Protocolo Geral**

Equiplano

Descrição: Contratação de empresa especializada, com um professor de música, para prestação de serviços de Oficina de Canto e Coral, no CRAS de Piên, 08 horas semanais, nas quartas-feiras.

2

Ocorrência: 1 Data: 14/09/2023 14:11:17 Previsão: 19/09/2023

De: INGRID RUBIANE DE BASSI FRAGOSO Para: EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI

Confirmação: não

Fase/Etapa: Geral/Abertura

Descrição: Abertura do processo

Autenticidade : Q34XZS72J5X28E9BG(verificado em : 14/09/2023 14:28)

Prefeitura de PIÊN

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN
Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil

3

Órgão requisitante:	**Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil**
Nº requerimento:	**32/2023**
Data:	**12/09/2023**

Descrição do objeto a ser comprado/contratado (Especificações técnicas - quantidades, tamanhos, cores, metragem, peso, capacidade, modelo, demais características):

Contratação de empresa especializada, com um professor de música, para prestação de serviços de Oficina de Canto e Coral, no CRAS de Piên, 08 horas semanais, nas quartas-feiras, conforme especificações abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Contratação de empresa especializada, com um professor de música, para prestação de serviços de Oficina de Canto e Coral, no CRAS de Piên, 08 horas semanais, nas quartas-feiras.	Mês	12

Descrever a justificativa/motivação (apresentar as razões de interesse público que justificam a compra/contratação pretendida, apontando explicitamente a finalidade pública a ser alcançada com a licitação):

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) possui como objetivo a Proteção Social, que visa garantir a segurança de sobrevivência (rendimento e autonomia); acolhida e convívio ou vivência familiar, sendo então a Proteção Social Básica uma das proteções afiançadas pela PNAS.
A Proteção Social Básica atua na prevenção das situações de risco através da identificação e desenvolvimentos das potencialidades das famílias atendidas, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Dentre os serviços da Proteção Básica ofertados no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) está o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, que objetiva desenvolver ações preventivas e proativas, oferecendo à população que vivencia situações de vulnerabilidades sociais, novas oportunidades de reflexão acerca da realidade social, contribuindo dessa forma para a planejamento de estratégias e na construção de novos projetos de vida.
Assim sendo, objetivamos, através da contratação de empresa especializada, oferecer a Oficina de Canto e Coral para o SCFV, pois ressaltamos que as intervenções realizadas pela Proteção Social Básica devem ser pautadas em experiências lúdicas e culturais, bem como, em ações em diferentes áreas, para ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências aos usuários dos serviços socioassistenciais, restando evidente que a realização desta ação corrobora com o interesse público e é de importante relevância às ações voltadas à Política da Assistência Social.

Compra/Contratação é para atendimento de ordem judicial? **( ) Sim** **(X) Não**
Em caso afirmativo descrever qual:

Compra/Contratação exige solicitação de documentos/laudos específicos? **(X) Sim** **( ) Não**
Em caso afirmativo descrever quais as exigências:

1 - Licenciatura em música, em curso reconhecido pelo Ministério da Educação;
2 - Comprovação de experiência de no mínimo 02 (dois) anos do professor de música com turmas/ oficina de canto e coral, com crianças e adolescentes na faixa etária de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos.

Dotação Orçamentária:

10.003.08.244.0012.2031-33.90.39.00.00 – Fonte de recurso: 804 SIGTV

Recursos ( ) Próprios (X) Federais ( )Estaduais
Caso os recursos sejam oriundos de repasses Federais ou Estaduais descrever quais e anexar a esta requisição os documentos pertinentes ao repasse.

Local de entrega/prestação ou execução do serviço/obra:	**Dias e Horários:**	**Prazo para entrega/prestação ou execução do serviço/obra:**
Rua Campo Grande, nº 36 – Avencal Prédio do CRAS de Piên	Quarta-feira - 8h00 às 12h00 13h00 às 17h00 E nas apresentações, conforme cronograma do CRAS de Piên	Início da execução: 1ª quarta-feira após a assinatura do contrato Período de execução: 12 (doze meses)

Indicação do responsável por recebimento e fiscalização da execução do objeto:

Letícia Inez Schroth Gabardo - Matrícula: 4765780 – RG nº 12.400.530-2/PR

Há licitação em curso para o objeto pretendido? ( ) Sim (X) Não
Em caso afirmativo informar:

a) **Nº do processo licitatório** _____
b) **Nº do contrato/ata de registro de preços vigente**_____
c) **Data de vencimento do contrato/ata de registro de preços**_____

OBS: A informação acima pode ser verificada no Cronograma de Renovação de Licitações disponibilizado pelo Depto. de Licitações e Compras.

Ingrid Rubiane de Bassi Fragoso
Auxiliar Administrativo - Matrícula 101081
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO

Kátia Regina Rudnick Cavalheiro Fragoso
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL

Protocolo Depto. Licitações e Compras:

TERMO DE REFERÊNCIA

SÚMARIO

1. **Objeto**
2. **Especificações**
3. **Justificativa**
4. **Dotação e Fonte Orçamentárias**
5. **Local e Período de Execução**
6. **Documentação Específica**
7. **Recebimento e Critério de aceitação**
8. **Acompanhamento e Fiscalização**
9. **Obrigações da contratada**
10. **Obrigações da Contratante**
11. **Legislação Aplicada**
12. **Fontes de Pesquisa**

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada, com um professor de música, para prestação de serviços de Oficina de Canto e Coral, no CRAS de Piên, 08 horas semanais, nas quartas-feiras.

2. ESPECIFICAÇÕES

2.1. As especificações do objeto estão estabelecidas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Contratação de empresa especializada, com um professor de música, para prestação de serviços de Oficina de Canto e Coral, no CRAS de Piên, 08 horas semanais, nas quartas-feiras.	Mês	12

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) possui como objetivo a Proteção Social, que visa garantir a segurança de sobrevivência (rendimento e autonomia); acolhida e convívio ou vivência familiar, sendo então a Proteção Social Básica uma das proteções afiançadas pela PNAS.

A Proteção Social Básica atua na prevenção das situações de risco através da identificação e desenvolvimentos das potencialidades das famílias atendidas, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Dentre os serviços da Proteção Básica ofertados no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) está o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, que objetiva desenvolver ações preventivas e proativas, oferecendo à população que vivencia situações de vulnerabilidades sociais, novas oportunidades de reflexão acerca da realidade social, contribuindo dessa forma para a planejamento de estratégias e na construção de novos projetos de vida.

Assim sendo, objetivamos, através da contratação de empresa especializada, oferecer a Oficina de Canto e Coral para o SCFV, pois ressaltamos que as intervenções realizadas pela Proteção Social Básica devem ser pautadas em experiências lúdicas e culturais, bem como, em ações em diferentes áreas, para ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências aos usuários dos serviços socioassistenciais, restando evidente que a realização desta ação corrobora com o interesse público e é de importante relevância às ações voltadas à Política da Assistência Social.

4. DOTAÇÃO E FONTE ORÇAMENTÁRIAS

4.1. 10.003.08.244.0012.2031-33.90.39.00.00 – Fonte de recurso: 804 SIGTV

5. LOCAL E PERÍODO DE EXECUÇÃO

5.1. LOCAL: Rua Campo Grande, nº 36 – Avencal – Piên/PR (Prédio do CRAS de Piên, ao lado do Ginásio de Esportes Cláudio de Oliveira Mendes)

5.2. PERÍODO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses, com início na 1ª quarta-feira após a assinatura do contrato.

6. DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICOS

6.1. Licenciatura em música, em curso reconhecido pelo Ministério da Educação.

6.2. Comprovação de experiência de no mínimo 02 (dois) anos do professor de música com turmas/ oficina de canto e coral, com crianças e adolescentes na faixa etária de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos.

7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Provisoriamente, a partir do início da execução, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Edital e da proposta. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes no Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias do recebimento provisório.

7.1.1. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.1.2. No caso de reprovação do objeto, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

8.1. Fiscal de contrato: Letícia Inez Schroth Gabardo - Matrícula: 4765780 – RG nº 12.400.530-2/PR;

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

8.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a:

9.1.1. Executar o objeto para o qual for contratado de acordo com o estipulado neste Termo de Referência, no Edital e no contrato a ser firmado com o Município;

9.1.2. Comparecer com pontualidade de horários para ministrar a oficina, de modo que atrasos injustificados ou cumprimento da carga horária em quantidade inferior à contratada serão descontados do valor mensal a ser pago ao Contratado;

9.1.3. Comparecer às reuniões junto ao CRAS de Piên e à Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil quando solicitado;

9.1.4. Prever e solicitar ao CRAS de Piên, sempre com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, materiais necessários ao desenvolvimento da oficina;

9.1.5. Ter disponibilidade para acompanhar e orientar o coral em dias/horários extras, a serem previamente combinados com a equipe do CRAS de Piên, assim como ter disponibilidade para participar de apresentações quando necessário, sem custos extras para o Município;

9.1.6. Seguir as orientações do CRAS de Piên quanto às músicas a serem ensinadas ao coral, não podendo o contratado decidir por uma música sem a expressa autorização do CRAS de Piên.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. A Contratante obriga-se a:

10.1.1. Proporcionar todas as facilidades, bem como informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados para que o Contratado possa desempenhar bem suas funções;

10.1.2. Disponibilizar local, com data e horário definidos, para realização da oficina;

10.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando minuciosamente a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da Proposta apresentada pelo contratado, para fins de aceitação e recebimentos definitivos;
10.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as especificações e condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na Proposta apresentada pelo contratado;
10.1.5. Notificar, por escrito, a empresa contratada sobre a ocorrência de eventuais imperfeições nos serviços prestados ou outras irregularidades constatadas durante a execução do Contrato;
10.1.6. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições e preços pactuados no Contrato.

11. LEGISLAÇÃO APLICADA

11.1. O Presente termo de referência se submete integralmente a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12. FONTES DE PESQUISA

12.1. SIDNEI MUEHLBAUER – CNPJ: 51.588.397/0001-15
GREICY SCHWENDNER – CPF: 008.575.619-95
GRUPO MUSICAL OS SONATAS LTDA – CNPJ: 80.096.357/0001-54
CONTRATO Nº 082/2022 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA LUIZ FERNANDO AUGUSTIN MAIA 10493907920

Elaborado em 12 de setembro de 2023.

INGRID RUBIANE DE BASSI FRAGOSO
Auxiliar Administrativo – Matrícula 101081
Responsável pela Elaboração

KÁTIA R. R. CAVALHEIRO FRAGOSO
Secretária de Assistência Social e Defesa Civil
Decreto nº 05/2021

Prefeitura de
PIÊN

MEMORANDO N° 024/2023

Para: **Área de Licitações – Sr. Eduardo Duarte Scheivaraski**
De: **Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil**
Assunto: **Indica membros para Comissão de Análise de Documentos – Chamada Pública 05/2023**
Data: **14/09/2023**

Prezado,

Segue abaixo indicação dos membros para compor a Comissão de Análise da documentação referente à Chamada Pública nº 05/2023:

1 – Ingrid Rubiane de Bassi Fragoso – Matrícula 101081;

2 – Tatiane Andreza Katzer - Matrícula 316151;

3 – Dienbens Ozeas Ribas Senn – Matrícula 4765696;

4 – Letícia Inez Schroth Gabardo – Matrícula 4765780.

Sem mais, agradecemos a atenção dispensada e permanecemos à disposição para quaisquer dúvidas e/ ou esclarecimentos que se fizerem necessários.

Kátia Regina Rudnick Cavalheiro Fragoso
Secretária de Assistência Social e Defesa Civil

10

COTAÇÃO

Empresa: SIDNEI MUEHLBAUER	CNPJ: 51.588.397/0001-15
Endereço: RUA SANTA CATARINA, Nº 156	E-mail: sidneimuehlbauer@yahoo.com.br
Telefone: (47) 99220-4342	WhatsApp: (47) 99220-4342

Item	Descrição do Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de empresa especializada, com um professor de música, para prestação de serviços de Oficina de Canto e Coral, no CRAS de Piên, 08 horas semanais, nas quartas-feiras.	MÊS	12	R$ 1.056,00	R$ 12.672,00

Validade do orçamento: 30 dias

Rio Negrinho/SC, 30 de agosto de 2023.

SIDNEI MUEHLBAUER
CPF: 050.566.729-04

11

COTAÇÃO

Empresa/ NOME: GREICY SCHWENDNER	CNPJ/ CPF: 008.575.619-95
Endereço: Rua João Hattreiter, 111, Centro, S.B.S. S.C.	E-mail: greimusic@yahoo.com.br
Telefone: (47) 99651-5255	WhatsApp: (47) 99651-5255

Item	Descrição do Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de empresa especializada, com um professor de música, para prestação de serviços de Oficina de Canto e Coral, no CRAS de Piên, 08 horas semanais, nas quartas-feiras.	MÊS	12	R$ 3.000,00	R$ 36.000,00

Validade do orçamento: 30 dias

São Bento do Sul/SC, 04 de setembro de 2023.

Greicy Schwendner
008.575.619-95

12

COTAÇÃO

Empresa: GRUPO MUSICAL OS SONATAS LTDA	CNPJ: 80.096.357/0001-54
Endereço: Rua Raulino Guido Hastreiter Hastreiter, nº 214, Bairro Boehmerwald - São Bento do Sul/SC	E-mail: sonatas@sonatas.com.br
Telefone: (47) 98415-7145	WhatsApp: (47) 98415-7145

Item	Descrição do Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de empresa especializada, com um professor de música, para prestação de serviços de Oficina de Canto e Coral, no CRAS de Piên, 08 horas semanais, nas quartas-feiras.	MÊS	12	R$ 2.466,67	R$ 29.600,04

Validade do orçamento: 30 dias

São Bento do Sul/SC, 30 de agosto de 2023.

Edison Soncini de Lima
CPF: 004.224.679-28

SONATAS GRUPO MUSICAL SONATAS
CNPJ 80.096.357/0001-54

CONTRATO Nº 082/2022
REFERENTE A INEXIGIBILIDADE Nº 056/2022
VINCULADO AO CHAMAMENTO PÚBLICO 007/2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA LUIZ FERNANDO AUGUSTIN MAIA 10493907920.

Pelo presente instrumento particular de prestação de serviços que entre si celebram, de um lado o **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. **MAICON GROSSKOPF**, portador da CI nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.278.589-17, residente e domiciliado nesta cidade, assistido pela Procuradoria Jurídica Sr. Calebe França Costa, OAB/PR nº 61.756/PR em conjunto com a Secretária Municipal de Esporte, Cultura e Lazer Sra. Adriana de Fátima Fragoso Bueno Franco, portadora do CPF nº 014.410.989-17, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro a empresa **LUIZ FERNANDO AUGUSTIN MAIA 10493907920**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 46.713.193/0001-29, estabelecida na Rua Boa Vista, nº 1000, Bairro Brasília, em São Bento do Sul/SC, Cep: 89282-429, Fone (47) 99678-6611, e-mail: luizpersonalizado@gmail.com; neste ato representado pelo Sr. Luiz Fernando Augustin Maia, inscrito no CPF sob nº. 104.939.079-20 doravante denominado simplesmente **CONTRATADO**, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato de Prestação de Serviços, cuja celebração foi autorizada pelo despacho exarado no processo sob PROTOCOLOS 1426/2022 E 1437/2022, e que se regerá pela Lei nº 13.019/2014 e Lei Federal nº 14.133/2021, além das cláusulas e condições abaixo discriminadas que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (Art. 89, Lei 14.133/2021)

Cláusula primeira: O presente contrato tem por **CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURIDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENSINO MUSICAL, UM PROFISSIONAL MAESTRO/MAESTRINA E UM INSTRUTOR DE MÚSICA PARA OS ALUNOS DA BANDA MUNICIPAL HARMONIA, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER,** conforme discriminação abaixo e de acordo com os termos do **EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 007/2022**, o qual faz parte integrante deste contrato, bem como, demais disposições reguladoras a Lei nº14.133/2021.

Parágrafo Primeiro: O contratante é o vencedor do lote 03, conforme descrição abaixo:

LOTE	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
3	12	MESES	Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de Ensino Musical, com um instrutor de música para os alunos da Banda Municipal Harmonia	R$ 1.900,00	R$ 22.800,00
TOTAL: R$ 29.600,04					

Parágrafo Segundo: O valor do presente contrato correspondente ao preço obtido através do sistema Equiplano, totalizando R$ 22.800,00 (vinte e dois mil e oitocentos reais) no qual se inclui todos os tributos, diretos ou indiretos, sobre a execução do objeto.

DO REGIME DE EXECUÇÃO:

CLáusula segunda: A CONTRATADA, através do presente CONTRATO, obriga-se a prestar os serviços indicados na Cláusula Primeira, obedecendo às diretrizes previamente designadas pelo CONTRATANTE, especialmente no que diz respeito nas disposições contidas na Lei nº 13.019/2014 e da Lei nº 14.133/2021 e quanto às especificações do Edital de Credenciamento que deu origem ao presente instrumento.

DAS RESPONSABILIDADES:

Cláusula Terceira: O início dos serviços se dará no primeiro dia de vigência do presente CONTRATO.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não se excluindo ou reduzindo-se essa responsabilidade em razão da fiscalização e acompanhamento do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo: São de responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do presente CONTRATO e a sua inadimplência não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente CONTRATO.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, incorreções ou defeitos.

DOS PRAZOS:

Cláusula Quarta: O CONTRATO decorrente deste Edital de Credenciamento vigorará por **12 (doze) meses** a partir da data de sua assinatura, sendo possível sua prorrogação por iguais e sucessivos períodos.

Parágrafo Primeiro: A(s) CONTRATADA(s) se compromete(m) a fornecer os serviços durante o prazo da vigência do(s) Contrato(s);

Parágrafo Segundo: A execução do serviço deverá ser iniciada mediante ordem de fornecimento emitida pelo fiscal do contrato designado pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

Parágrafo único. Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas **EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 007/2022,** juntamente com seus anexos e a propostada CONTRATADA.

DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

Cláusula Quinta: Constitui direitos do MUNICÍPIO receber o objeto deste contrato nas condições avançadase da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro: São responsabilidades da CREDENCIADA/CONTRATADA:

PARA OS SERVIÇOS DE MAESTRO/MAESTRINA E INSTRUTOR DE MÚSICA, A CONTRATADA OBRIGA-SE A:

a) Executar o objeto para o qual for contratado de acordo com o estipulado neste Termo de Referência, no Edital para futura Contratação e no Contrato a ser firmado com o Município;

b) Comparecer com pontualidade de horários para ministrar as aulas, de modo que atrasos injustificados ou cumprimento da carga horária em quantidade inferior à contratada serão descontados do valor mensal a ser pago ao Contratado;

c) Ensinar primeiramente aos alunos (em nível inicial e avançado) o hino nacional, o hino do Estado do Paraná e o hino da cidade de Piên/PR, no prazo de até 60 (sessenta) dias após início das aulas;

d) Comparecer a reuniões junto à Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer quando solicitado por esta;

e) Prever e solicitar à Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, sempre com antecedência mínima de 30

(trinta) dias, os instrumentos necessários ao desenvolvimento dos hinos e músicas a serem ensaiadas e apresentadas pela Banda Harmonia;

f) Ter disponibilidade para acompanhar e orientar a Banda em dias/horários extras, a serem previamente combinados junto à Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, assim como disponibilidade de viagens com os alunos da banda quando necessário para apresentações em outros Municípios e também para acompanhar e orientar a banda nos eventos municipais para os quais a banda for convidada, como por exemplo, Feira do Livro, Festa de Produtos Rural, inaugurações, desfile cívico, apresentações natalinas entre outros, sem custos extras para o Município;

g) Ter conhecimento suficiente e possuir técnicas de ensino relativas aos instrumentos que a Banda Harmonia disponibiliza, quais sejam: sax, clarinete acompanhado da gaita, trompete, trombone de pisto, trombone de vara, melofone, tambor, pratos, entre utilizados por bandas marciais.

h) Seguir as orientações da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer quanto aos hinos e as músicas a serem ensinadas à Banda Harmonia, não podendo o Contratado decidir por uma música ou um hino sem a expressa autorização da Secretaria.

Parágrafo Segundo: São responsabilidades da CONTRATANTE:

a) Proporcionar todas as facilidades, bem como informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados para que o Contratado possa desempenhar bem suas funções;

b) Disponibilizar local, data e horário para realização dos ensaios da banda;

c) Disponibilizar local, data e horário para realização das oficinas;

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando minuciosamente a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da Proposta apresentada pela proponente, para fins de aceitação e recebimentos definitivos;

e) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as especificações e condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na Proposta apresentada pela proponente;

f) Notificar, por escrito, a empresa contratada sobre a ocorrência de eventuais imperfeições nos serviços prestados ou outras irregularidades constatadas durante a execução do Contrato;

g) efetuar os pagamentos pontualmente, de acordo com as condições e preços pactuados no Contrato.

DA FISCALIZAÇÃO:

Cláusula Sexta: O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão exercidos por meio de um representante conforme descrito em Termo de Referência anexo, para acompanhar a execução deste acordo. São fiscais do presente contrato:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER	Adriana de Fatima Fragoso Bueno Franco	Matrícula 4765277
	Eneliz de Fatima Anton Buba	Matrícula 4765303

Parágrafo Primeiro: A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Parágrafo Segundo: O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas coma execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Parágrafo Terceiro: A fiscalização se dará através do acompanhamento efetivo das atividades desenvolvidas pela contratada na vigência do contrato, levando em conta critérios de assiduidade, eficiência e eficácia do serviço prestado, devendo inclusive fazer o acompanhamento da folha ponto dos profissionais.

Parágrafo Quarto: A atuação ou a eventual omissão do gestor durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a empresa de sua responsabilidade pela execução do objeto.

DA GARANTIA:

Cláusula Sétima: Não será exigida prestação de garantia para o objeto do presente Contrato.

DAS PENALIDADES (Art. 155, Lei 14.133/21):

Cláusula Oitava: O descumprimento total ou parcial, de quaisquer das obrigações estabelecidas no presente contrato, bem como as constantes no Edital de **CREDENCIAMENTO Nº 007/2022**, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e às seguintes que poderão ser aplicadas discricionariamente pelo CONTRATANTE, garantida prévia e ampla defesa em Processo Administrativo, na forma da Lei 14.133/21:

a) Advertência;

b) Multa – dia, correspondente a 1/60 avos do valor liquidado e pago no mês anterior;

c) Rescisão contratual com multa equivalente a 20 multas – dias;

d) Suspensão de licitar e impedimento de contratar temporariamente com o Município de Piên, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, da Lei 14.133/21.

Parágrafo Primeiro: As sanções acima estabelecidas poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, depois de facultado o exercício de defesa prévia em processo administrativo, na forma do § 2°, do art. 155, da Lei 14.133/21.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de o CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo à conclusão do CONTRATO, ficará a CONTRATADA sujeita, além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

Parágrafo Terceiro: As multas previstas em Edital não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Quarto: As multas aplicadas na execução do presente CONTRATO serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração Pública ou cobradas judicialmente.

Parágrafo Quinto: Ao CONTRATANTE reserva-se ao direito de, a qualquer tempo, paralisar ou suspender a execução do contrato, se for constatada pela fiscalização falhas na execução dos serviços e que requeiram repetição dos mesmos.

DOS CASOS DE RESCISÃO E DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO (Art.138, Lei nº 14.133/21:

Cláusula Nona: O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o presente contrato unilateralmente quando ocorrerem as hipóteses do art.138 Lei nº 14.133 de 01/04/21.

Parágrafo Único: A rescisão do presente contrato poderá ser ainda amigável, por acordo entre as partes, na forma do art. art.138 Lei nº 14.133 de 01/04/21, ou judicial, nos termos da legislação.

DA VINCULAÇÃO AO EDITAL (Art. 92,II Lei 14.133/21):

Cláusula Décima: O presente contrato está vinculado a **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 056/2022** vinculado ao **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2022.**

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (Lei 14.133/21):

Cláusula Décima Primeira: O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei 13.019/14 e da Lei 14.133/21, suas alterações e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamenteos princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, Código de Defesa do Consumidor,Código Civil a Lei Orgânica e demais normas aplicáveis à espécie do Município de Piên/Pr.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direitos.

DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO (Art. 89, Lei 14.133/21):

Cláusula Décima Segunda: Fica o CONTRATADO obrigado a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato.

DO FORO (Art. 92, § 1º, Lei nº 14.133/21).

Cláusula Décima Quinta: Concorda o CONTRATADO quanto ao foro privilegiado atribuído ao CONTRATANTE, qual seja o Foro de Rio Negro, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teore forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Piên/PR, 23 de junho de 2022

Maicon Grosskopf
Prefeito
CONTRATANTE

LUIZ FERNANDO AUGUSTIN MAIA
10493907920
CONTRATADO

CALEBE FRANÇA COSTA
Procuradoria Jurídica
OAB/PR 61756

Adriana de Fátima Fragoso Bueno Franco
Secretária de Esporte, Cultura e Lazer
Decreto nº 064/2021

TESTEMUNHAS:

Nome: Eneliz de Fátima Anton Buba Assinatura: _____

Nome: Nathalia Aoana Melenek Assinatura: _____

EDITAL Nº 06/2023, de 21 de março de 2023.

Estabelece normas para a chamada pública nº 06/2023, destinada a prover vagas temporárias de caráter emergencial e de excepcional interesse nas Secretarias Municipal de Educação, Cultura e Desportos.

Prefeito do Município de Ouro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no disposto na Lei nº 1.616, de 16 de dezembro de 1999;

Considerando a necessidade temporária emergencial e de excepcional interesse público de Professor de Música na Rede Municipal de Ensino;

Considerando que não há cadastro de reserva de profissional habilitado para atuação na função de professor de Música.

Torna público os procedimentos para a **Chamada Pública** para o preenchimento de vaga temporária para atuar na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos.

1. DA VAGA, CARGA HORÁRIA, VENCIMENTO E HABILITAÇÃO

1.1

Cargo	Vagas	C. horária	Vencimento	Habilitação
Professor Nível I Musica	01 Vaga	20 horas	R$ 2.034,53	Ensino Superior em Música

2. DOS PROCEDIMENTOS

2.1 Os candidatos interessados deverão entregar até as 17:00 horas do dia 26 de março de 2023, no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, Rua Governado Jorge Lacerda, nº 1209, centro de Ouro, no horário das 09:00 as 12:00 e das 13:30 as 17:00 horas, em envelope lacrado, cópia dos seguintes documentos

:

a) RG;
b) Comprovante de Endereço e contato telefônico/Celular
c) CPF;
d) Titulo de Eleitor;
e) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
f) Documento que comprove habilitação mínima ao cargo;

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2022
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2022

ANEXO II
QUANTITATIVOS E PREÇOS MÁXIMOS

Item	Código do Material	UND	Qtde	Valor Máximo Unit. do Item	Valor Máximo Total do Item
1	Contratação de empresa para prestação de serviço como instrutor/professor/regente de música e canto para os trabalhos desenvolvidos nas oficinas de cultura, mantidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e canto coral para os corais do município, conforme descrição do anexo II e Termo de Referência anexo III do edital.	H	4.000	R$ 40,00 hs	R$ 160.000,00
Valor Total Previsto					**R$ 160.000,00**

Rien
32 hs x 40,00
R$ = 1280,00

MUNICÍPIO DE CÓRREGO FUNDO/MG

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2022

PROCESSO LICITATÓRIO 038

Vencedor(es) do(s) Item(s)

20

Fornecedor: MUSICALIZAR - 43.224.266/0001-20

Item	Quant.	Un	Descrição	Marca	Modelo	Valor Lance	Total Lance	Valor Orçado	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
1	12,00	SERVICOS	PROFESSOR DE MÚSICA.	SERVICO	SERVICO	R$ 2.599,00	R$ 31.188,00	R$ 2.600,00	R$ 31.200,00	0,03 %	R$ 1,00
2	12,00	SERVICOS	PRPFESSOR DE MÚSICA PARA ATENDIMENTO Á PESSOAS COM DEFICIÊCIA.	SERVICO	SERVICO	R$ 1.299,00	R$ 15.588,00	R$ 1.300,00	R$ 15.600,00	0,07 %	R$ 1,00
						Total R$ 46.776,00		**Total Orçado R$ 46.800,00**		**0,05%**	**R$ 24,00**

Fornecedor(es) participante(s)

Fornecedor	CNPJ	Item(s) Vencido(s)	Total Geral	Total Orçado	Econ. %	Economia R$
MUSICALIZAR	**43.224.266/0001-20**	**1 - 2**	R$46.776,00	R$ 46.800,00	0,05%	R$ 24,00
Total Geral			**R$ 46.776,00**	**R$ 46.800,00**	**0,05%**	**R$ 24,00**

MAPA COMPARATIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN/PR

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	SIDNEI MUEHLBAUER	Contrato 082/22 Piên	Pref. Ipumirim	Pref. Córrego Fundo	MÉDIA VALOR UNITÁRIO	MÉDIA VALOR TOTAL
1	12	MESES	Contratação de empresa especializada, com um professor de música, para prestação de serviços de Oficina de Canto e Coral, no CRAS de Piên, 08 horas semanais, nas quartas-feiras.	R$ 1.056,00	R$ 1.900,00	R$ 1.280,00	R$ 1.300,00	R$ 1.384,00	R$ 16.608,00

PROTOCOLO Nº 2972/2023
INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS 22

1) OBJETIVO: Chamamento público para Contratação de empresa especializada, com um professor de música, para prestação de serviços de Oficina de Canto e Coral, no CRAS de Piên, 08 horas semanais, nas quartas-feiras.

2) MODALIDADE: Chamada Pública.

3) VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 16.608,00 (dezesseis mil e seiscentos e oito reais) divididos em 12 parcelas.

4) FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 (trinta) dias após emissão de Nota Fiscal.

5) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme LOA 2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E DEFESA CIVIL Dotação: 10.003.08.244.0012.2031-33.90.39.00.00 – Fonte de recurso: 804 SIGTV

6) RECURSOS ORÇAMENTARIOS:
( ) Há disponibilidade.
( ) Não há disponibilidade.
( ) Quando se tratar de Registro de Preços o Saldo Orçamentário deverá ser consultado no momento da emissão do contrato/Empenho.
(X) Necessita suplementação. Superávit

José Luiz de Barros
Contador CRC/PR 049922/O-8
Matrícula 35076-1
15 / 09 / 2023

7) CONFERÊNCIA PELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS:
(✓) Orçamento conforme.
( ) Orçamento não conforme.

Silvana Teixeira Jung
Matrícula 4765783
15 / 09 / 2023.

8) RECURSOS FINANCEIROS:
( ) Há previsão de recursos financeiros e será incluído na Programação de acordo com a disponibilidade .
( ) Não há previsão recursos financeiros.

9) Declaramos que a análise da regularidade orçamentária e legal foi feita pelo órgão solicitante, de acordo com as informações constantes no processo e epígrafe, em conformidade com o que dispões os Arts. 16 e 17 da LC 101/00.

Claudemir José de Andrade
Secretário Municipal de Administração e Finanças
Decreto 02/2021

_____/_____/_____

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2023

1. PREÂMBULO:

1.1. O Município de Piên, inscrito no CNPJ sob n.º 76.002.666/0001-40, sediado à Rua Rio Amazonas, nº 373, Centro, Piên-PR, através da Comissão de Credenciamento, designada pela **Secretaria Solicitante**, devidamente autorizada pelo Senhor Prefeito Municipal, **MAICON GROSSKOPF**, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, suas alterações e demais normas pertinentes, torna pública a que se encontra aberto o **EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURIDICA, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, COM UM PROFESSOR DE MÚSICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINA DE CANTO E CORAL, NO CRAS DE PIÊN, 08 HORAS SEMANAIS, NAS QUARTAS-FEIRAS, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E DEFESA CIVIL,** de acorco com as condições estabelecidas no presente instrumentoe seus anexos.

2. DO OBJETO:

2.1. O presente edital tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURIDICA, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, COM UM PROFESSOR DE MÚSICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINA DE CANTO E CORAL, NO CRAS DE PIÊN, 08 HORAS SEMANAIS, NAS QUARTAS-FEIRAS, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E DEFESA CIVIL,** de acorco com as condições estabelecidas no presente instrumentoe seus anexos.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto deste edital, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL E DEFESA CIVIL
10.003:08.244.0012.2031-33.90.39.00.00 – Fonte de recurso: 804 SIGTV

4. DAS EXIGÊNCIAS E DOS CRITÉRIOS PARA O CREDENCIAMENTO

4.1. Poderá se credenciar toda e qualquer **PESSOA JURÍDICA**, inscrita com o objeto do Pregão, que satisfaça todas as exigências estabelecidas neste edital, em observância aos requisitos mínimos expostos no **Anexo I – Termo de Referência**;

4.2. Os valores máximos para contratação estão demonstrados no **Anexo I – Termo de Referência**.

5. PEDIDO DE CREDENCIAMENTO, CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO E VIGÊNCIA:

5.1. O pedido de credenciamento, conforme o **ANEXO II**, deverá ser apresentado em conjunto com os documentos de habilitação solicitados no **ITEM 7** deste Edital, a partir de da publicação deste.

5.2. O requerimento ou os documentos apresentados incompletos, rasurados, vencidos e/ou em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão considerados **INAPTOS** e, caso não seja passível a sua regularização, podendo este emendá-lo e reapresentá-lo durante a vigência deste Edital, após corrigidosas pendências ou irregularidades apontadas pela Comissão de Credenciamento.

5.3. A apresentação do pedido de credenciamento vincula o interessado, sujeitando-o, integralmente, as condições deste Edital e de seus anexos, assim como na legislação aplicável.

5.4. Os pedidos de credenciamento poderão ser apresentados a partir de **19/09/2023** na Rua Amazonas, nº 373, Bairro Centro, CEP 83.860-000, Município de Piên, Estado do Paraná, de segunda-feira a sexta- feira, entre das **08h às 12h** e das **13h às 17h**.

5.5. Poderão participar do presente credenciamento todas as empresas que satisfaçam integralmente às exigências estabelecidas no **Anexo I – Termo de Referência**, as quais poderão solicitar seu credenciamento durante todo o período de vigência.

5.6. NÃO poderão participar as empresas que:

a) tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios,em qualquer esfera da Administração Pública;

b) estejam cumprindo penalidade de impedimento de licitar, aplicada no âmbito estadual, com base no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;

c) constituíram as pessoas jurídicas enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

d) tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas;

e) não funcionem no País, se encontrem sob falência, concordata, dissolução ou liquidação, bemcomo as pessoas físicas sob insolvência;

f) um de seus sócios ou administradores seja cônjuge, companheiro ou parente em linha retaou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, de agente público pertencente aos quadros do Município de Piên;

g) o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figuremcomo sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

5.7. A participação neste CHAMAMENTO constituirá prova de que a proponente:

a) examinou criteriosamente o edital e seus anexos, que comparou entre si, e obteve do Município de Piên as informações necessárias;

b) ficou ciente de todos os detalhes do objeto e de que conhece todas as especificações e condiçõesde execução do objeto deste edital;

c) se compromete a assumir integral responsabilidade pelo perfeito e completo cumprimento do queestá previsto no presente edital, em todas as suas fases.

6. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO PARA O CREDENCIAMENTO:

6.1. Para participar do CREDENCIAMENTO, as empresas interessadas deverão apresentar em envelope lacrado e identificado com a inscrição externa conforme modelo abaixo a documentação exigida, com a solicitação de credenciamento conforme ANEXO I, a ser protocolado junto à Comissão Permanente de Licitações – prédio da Prefeitura Municipal de Piên, sito a na Rua Amazonas, nº 373, Bairro Centro, Piên/PR.

RAZÃO SOCIAL/NOME, ENDEREÇO DA PROPONENTE, TELEFONE,E-MAIL E CNPJ)
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

6.2. A análise da documentação apresentada será efetuada por Comissão de Credenciamento, instituída pela **Secretaria solicitante** e por técnicos por ela designados para auxiliar os serviços.

7. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO/CREDENCIAMENTO:

7.1. Os documentos necessários ao credenciamento deverão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração pública municipal.

7.1.1. O envelope deverá conter os documentos a seguir relacionados:

7.1.2. REQUERIMENTO, conforme modelo do **ANEXO II**.

7.1.3. Os pedidos de credenciamento deverão estar instruídos com toda documentação pertinente, qual seja:

a) Cópia da Cédula de Identidade (R.G.), com idade mínima de 18 anos;

b) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;

c) Copia cartão do CNPJ

d) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

f) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (que abrange inclusive as contribuições sociais);

g) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais;

h) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais de sua sede;

i) Certidão Negativa com INSS;

j) Declaração, sob as penas da Lei, que a proponente não é servidora ou dirigente de orgãodo Municipio de Piên – podendo para tanto ser utilizado o modelo constante do **ANEXO V**;

k) De Inexistência de Fato Impeditivo para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas, conforme modelo constante no **ANEXO IV**, do presente edital.

m) Certificado em Licenciatura em música, em curso reconhecido pelo Ministério da Educação.

n) Comprovação de experiência de no mínimo 02 (dois) anos do professor de música com turmas/ oficina de canto e coral, com crianças e adolescentes na faixa etária de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos.

7.4. Serão credenciados os interessados que apresentem a documentação exigida epreencham os requisitos do edital, de acordo com a quantidade de vagas dispoviveis.

7.5. O credenciamento somente se efetivará após **assinatura do contrato**.

7.6. A contratação ocorrerá de acordo com a demanda da Secretaria interessada.

7.7. A falta de quaisquer dos documentos aqui exigidos, ou sua apresentação em desconformidadecom o presente edital implicará a **inabilitação** da proponente.

7.8. As certidões obtidas pela internet estarão sujeitas à verificação de sua validade e autenticidadepela

Comissão de Licitação e Comissão Credenciamento.

7.9. A Comissão de Licitação e Comissão Credenciamento reserva-se o direito de solicitar o originalde qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

8. DO PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO:

8.1. Os interessados poderão solicitar a inscrição no CREDENCIAMENTO, **a qualquer momento a partir da data de publicação do presente edital, pelo períodode 12 (doze) meses**, sendo suas inscrições proporcionalmente adequadas ao período remanescente de vigência do Credenciamento.

8.1.2. Os documentos correspondentes ao CREDENCIAMENTO de cada interessado serão examinados, na ordem de entrada, pela Comissão de Credenciamento, conforme as exigências deste Edital.

8.1.3. O exame da documentação entregue será efetuado em até 05 (cinco) dias úteis contadosda data da sua entrega.

8.1.4. É facultada à Comissão de Licitação e Comissão Credenciamento a promoção de diligências ou reuniões destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do Credenciamento, ou solicitar esclarecimentos adicionais aos interessados que deverão ser satisfeitos no prazo estabelecido.

8.1.5. Não será considerado credenciado aquele que deixar de apresentar a documentação solicitada ou apresentá-la com vícios, defeitos ou contrariando qualquer exigência contida neste instrumento.

8.1.6. Neste caso, o interessado será comunicado, para que corrija as falhas encontradas em sua documentação, reapresentando-a para novo exame.

8.1.7. Serão considerados credenciados aqueles que atenderem todas as exigências contidas neste Edital.

9. LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

9.1. Os locais para prestação dos serviços serão:

Rua Campo Grande, nº 36 – Avencal – Piên/PR (Prédio do CRAS de Piên, ao lado do Ginásio de Esportes Cláudio de Oliveira Mendes)

9.2. PERÍODO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses, com início na 1ª quarta-feira após a assinatura do contrato.

9.3. A Comissão de Credenciamento ficará responsável por acompanhar mensalmente a contratada, a qual deverá ser informada através de relatórios dos serviços prestados.

10. FORMA DE PAGAMENTO:

10.1. A CONTRATADA terá direito somente aos valores pactuados, não podendo solicitar repasse de valores referentes a quaisquer procedimentos realizados.

10.2. O pagamento será realizados no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestado pelo servidor responsável, juntamente com o relatório de acompanhamentoda carga horária realizada no período, com devido acompanhamento do fiscal do contrato.

10.3. A nota fiscal apresentada com erro será devolvida ao credenciado para retificação, acrescentando-se no prazo fixado anteriormente, os dias que se passarem entre a data da devolução e da reapresentação.

10.4. A liberação do pagamento fica vinculada à comprovação da efetiva prestação dos serviços.

11. FORMAS DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

11.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão exercidos pela servidora Letícia Inez Schroth Gabardo - Matrícula: 4765780 para acompanhar a execução desteacordo.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, nãoimplica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

11.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhandoos apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4. A fiscalização se dará através do acompanhamento efetivo das atividades desenvolvidas pela contratada na vigência do contrato, levando em conta critérios de assiduidade, eficiência e eficácia doserviço prestado, devendo inclusive fazer o acompanhamento da folha ponto dos profissionais.

11.5. A atuação ou a eventual omissão do gestor durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada

Prefeitura Municipal de Piên

Estado do Paraná

para eximir a empresa de sua responsabilidade pela execução do objeto.

12. DOS PRAZOS:

12.1. O CONTRATO decorrente deste Edital CREDENCIAMENTO vigorará por **12 (doze) meses** a partir da data da sua publicação, sendo possível sua prorrogação por iguais e sucessivos períodos.

12.2. A(s) CONTRATADA(s) se compromete(m) a fornecer os produtos durante o prazo da vigência do(s) Contrato(s);

12.3. A execução do serviço deverá ser iniciado mediante ordem de fornecimento emitida pelo fiscal do contrato designado pela Secretaria responsável.

13. OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA:

a) Executar o objeto para o qual for contratado de acordo com o estipulado neste Termo de Referência, no Edital e no contrato a ser firmado com o Município;
b) Comparecer com pontualidade de horários para ministrar a oficina, de modo que atrasos injustificados ou cumprimento da carga horária em quantidade inferior à contratada serão descontados do valor mensal a ser pago ao Contratado;
c) Comparecer às reuniões junto ao CRAS de Piên e à Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil quando solicitado;
d) Prever e solicitar ao CRAS de Piên, sempre com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, materiais necessários ao desenvolvimento da oficina;
e) Ter disponibilidade para acompanhar e orientar o coral em dias/horários extras, a serem previamente combinados com a equipe do CRAS de Piên, assim como ter disponibilidade para participar de apresentações quando necessário, sem custos extras para o Município;
f) Seguir as orientações do CRAS de Piên quanto às músicas a serem ensinadas ao coral, não podendo o contratado decidir por uma música sem a expressa autorização do CRAS de Piên.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

A Contratante obriga-se a:

a) Proporcionar todas as facilidades, bem como informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados para que o Contratado possa desempenhar bem suas funções;
b) Disponibilizar local, com data e horário definidos, para realização da oficina;
c) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando minuciosamente a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da Proposta apresentada pelo contratado, para fins de aceitação e recebimentos definitivos;
d) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as especificações e condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na Proposta apresentada pelo contratado;

e) Notificar, por escrito, a empresa contratada sobre a ocorrência de eventuais imperfeições nos serviços prestados ou outras irregularidades constatadas durante a execução do Contrato;
f) Efetuar os pagamentos de acordo com as condições e preços pactuados no Contrato.

15. DAS PENALIDADES:

15.1. O descumprimento total ou parcial, de quaisquer das obrigações estabelecidas no presente Edital de CREDENCIAMENTO, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e às seguintes que poderão ser aplicadas discricionariamente pelo CONTRATANTE, garantida prévia e ampla defesa em Processo Administrativo, na forma da Lei 14.133/2021:

- Advertência;
- Multa – dia, correspondente a 1/60 avos do valor liquidado e pago no mês anterior;
- Rescisão contratual com multa equivalente a 20 multas – dias;
- Suspensão de licitar e impedimento de contratar temporariamente com o Município de Piên, pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, da Lei 14.133/2021.

15.2. As sanções acima estabelecidas poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, após facultado o exercício de defesa prévia em processo administrativo, na forma da Lei 14.133/2021.

15.3. Na hipótese do CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo à conclusão do CONTRATO, ficará a CONTRATADA sujeita, além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

15.4. As multas previstas em edital não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

15.5. As multas aplicadas na execução do presente CONTRATO serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração Pública ou cobradas judicialmente.

15.6. Ao CONTRATANTE reserva-se ao direito de, a qualquer tempo, paralisar ou suspender a execução do contrato, se for constatada pela fiscalização falhas na execução dos serviços e que requeiram repetição dos mesmos.

16. DAS DISPOSIÇÕES:

16.1. É facultado à Comissão de Licitação e Comissão de Credenciamento, em qualquer fase, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no envelope protocolado;

16.2. A autoridade competente poderá revogar o credenciamento, a qualquer tempo, em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocaçãode terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado;

16.3. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração;

16.4. Em caso de divergência entre disposição do Edital e das demais peças que compõem o processo, prevalece a previsão do Edital;

16.5. A conferência realizada no recebimento dos serviços não exime a responsabilidade única e exclusivada empresa CONTRATADA, com referência à qualidade, nos termos do Código Civil Brasileiro e do Código de Defesa do Consumidor vigentes;

16.6. O Município de Piên poderá, a qualquer tempo, realizar novos credenciamentos, de qualquer interessado, pessoa jurídica, que preencha as condições mínimas exigidas no presente edital;

16.7. É vedada a transferência total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente Edital;

16.8. O CREDENCIAMENTO não caracterizará, em hipótese alguma, vínculo empregatício com o Município de Piên.

16.9. As questões resultantes deste Edital serão dirimidas no foro da comarca de Rio Negro, Estado do Paraná, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

17. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS:

17.1 Aos interessados é assegurado o direito de interposição de recurso, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. Os recursos deverão ser apresentados por escrito e protocolados na Prefeitura Municipal de Piên.

17.3. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis deaproveitamento.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

18.1. As empresas interessadas em se credenciar poderão dirimir quaisquer dúvidas e/ou solicitar demais esclarecimentos a respeito deste Edital e seus anexos junto à Comissão de Credenciamento, através dos telefones (41) 3632-1136, ou pelo e-mail: licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br.

18.2. O presente EDITAL é regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas regulamentares aplicáveis à matéria no que couber.

19. ANEXOS:

19.1.Integram o presente edital os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Modelo de Requerimento
ANEXO III	Modelo de Declaração de Responsabilidade
ANEXO IV	Modelo de Declaração de inexistência de fato impeditivo
ANEXO V	Modelo de declaração de Atendimento ao Acórdão n.º 2745/2010 – TCE/PR
ANEXO VI	Minuta do contrato

Piên, 15 de setembro de 2023.

Kátia Regina Rudnick Cavalheiro Fragoso
SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DEFESA CIVIL

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada, com um professor de música, para prestação de serviços de Oficina de Canto e Coral, no CRAS de Piên, 08 horas semanais, nas quartas-feiras.

2. ESPECIFICAÇÕES

2.1. As especificações do objeto estão estabelecidas abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MÉDIA MENSAL	VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada, com um professor de música, para prestação de serviços de Oficina de Canto e Coral, no CRAS de Piên, 08 horas semanais, nas quartas-feiras.	Mês	12	R$ 1.384,00	R$ 16.608,00

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) possui como objetivo a Proteção Social, que visa garantir a segurança de sobrevivência (rendimento e autonomia); acolhida e convívio ou vivência familiar, sendo então a Proteção Social Básica uma das proteções afiançadas pela PNAS.

A Proteção Social Básica atua na prevenção das situações de risco através da identificação e desenvolvimentos das potencialidades das famílias atendidas, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Dentre os serviços da Proteção Básica ofertados no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) está o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, que objetiva desenvolver ações preventivas e proativas, oferecendo à população que vivencia situações de vulnerabilidades sociais, novas oportunidades de reflexão acerca da realidade social, contribuindo dessa forma para a planejamento de estratégias e na construção de novos projetos de vida.

Assim sendo, objetivamos, através da contratação de empresa especializada, oferecer a Oficina de Canto e Coral para o SCFV, pois ressaltamos que as intervenções realizadas pela Proteção Social Básica devem ser pautadas em experiências lúdicas e culturais, bem como, em ações em diferentes áreas, para ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências aos usuários dos serviços socioassistenciais, restando evidente que a realização desta ação corrobora com o interesse público e é de importante relevância às ações voltadas à Política da Assistência Social.

4. DOTAÇÃO E FONTE ORÇAMENTÁRIAS

4.1. 10.003.08.244.0012.2031-33.90.39.00.00 – Fonte de recurso: 804 SIGTV

5. LOCAL E PERÍODO DE EXECUÇÃO

5.1. LOCAL: Rua Campo Grande, nº 36 – Avencal – Piên/PR (Prédio do CRAS de Piên, ao lado do Ginásio de Esportes Cláudio de Oliveira Mendes)

5.2. PERÍODO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses, com início na 1ª quarta-feira após a assinatura do contrato.

6. DOCUMENTAÇÃO ESPECÍFICOS

6.1. Licenciatura em música, em curso reconhecido pelo Ministério da Educação.
6.2. Comprovação de experiência de no mínimo 02 (dois) anos do professor de música com turmas/ oficina de canto e coral, com crianças e adolescentes na faixa etária de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos.

7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Provisoriamente, a partir do início da execução, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes no Edital e da proposta. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificaçõe constantes no Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias do recebiment provisório.
7.1.1. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
7.1.2. No caso de reprovação do objeto, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

8. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

8.1. Fiscal de contrato: Letícia Inez Schroth Gabardo - Matrícula: 4765780 – RG nº 12.400.530-2/PR;
8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
8.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada obriga-se a:
9.1.1. Executar o objeto para o qual for contratado de acordo com o estipulado neste Termo de Referência, no Edital e no contrato a ser firmado com o Município;
9.1.2. Comparecer com pontualidade de horários para ministrar a oficina, de modo que atrasos injustificados ou cumprimento da carga horária em quantidade inferior à contratada serão descontados do valor mensal a ser pago ao Contratado;
9.1.3. Comparecer às reuniões junto ao CRAS de Piên e à Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil quando solicitado;
9.1.4. Prever e solicitar ao CRAS de Piên, sempre com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, materiais necessários ao desenvolvimento da oficina;
9.1.5. Ter disponibilidade para acompanhar e orientar o coral em dias/horários extras, a serem previamente combinados com a equipe do CRAS de Piên, assim como ter disponibilidade para participar de apresentações quando necessário, sem custos extras para o Município;
9.1.6. Seguir as orientações do CRAS de Piên quanto às músicas a serem ensinadas ao coral, não podendo o contratado decidir por uma música sem a expressa autorização do CRAS de Piên.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. A Contratante obriga-se a:

10.1.1. Proporcionar todas as facilidades, bem como informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados para que o Contratado possa desempenhar bem suas funções;
10.1.2. Disponibilizar local, com data e horário definidos, para realização da oficina;
10.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando minuciosamente a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da Proposta apresentada pelo contratado, para fins de aceitação e recebimentos definitivos;
10.1.4. Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as especificações e condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na Proposta apresentada pelo contratado;
10.1.5. Notificar, por escrito, a empresa contratada sobre a ocorrência de eventuais imperfeições nos serviços prestados ou outras irregularidades constatadas durante a execução do Contrato;
10.1.6. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições e preços pactuados no Contrato.

11. LEGISLAÇÃO APLICADA

11.1. O Presente termo de referência se submete integralmente a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12. FONTES DE PESQUISA

12.1. SIDNEI MUEHLBAUER – CNPJ: 51.588.397/0001-15
CONTRATO Nº 082/2022 FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA LUIZ FERNANDO AUGUSTIN MAIA 10493907920
OUTRAS PREFEITURAS

Elaborado em 12 de setembro de 2023.

INGRID RUBIANE DE BASSI FRAGOSO
Auxiliar Administrativo – Matrícula 101081
Responsável pela Elaboração

KÁTIA R. R. CAVALHEIRO FRAGOSO
Secretária de Assistência Social e Defesa Civil
Decreto nº 05/2021

ANEXO II

REQUERIMENTO

PROPONENTE:

ENDEREÇO:

CNPJ:

FONE:

E-MAIL:

À Comissão de Credenciamento

Ref.: **CREDENCIAMENTO Nº 005/2023**

1. A empresa.....estabelecida.....inscrita no CNPJ sob o nº.....através de seu representante legal Sr....., inscrito no CPF nº.....vem requerer o **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURIDICA, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, COM UM PROFESSOR DE MÚSICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINA DE CANTO E CORAL, NO CRAS DE PIÊN, 08 HORAS SEMANAIS, NAS QUARTAS-FEIRAS, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E DEFESA CIVIL**, a serem prestados nos estabelecimentos próprios do Município de Piên, para o qual anexamos os documentos solicitados no referido edital.

2. **Os serviços serão prestados pelos seguintes profissionais:----------**

3. Declaro estar de pleno acordo com todas as cláusulas estabelecidas no referido Edital.

[Local],____de_____de 23.

Atenciosamente,

_____

(Identificação e assinatura da pessoa física ou Identificação e assinatura do representante legal da instituição)

(CPF da pessoa física)

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para os devidos fins e direito, na qualidade de proponente do **CREDENCIAMENTO Nº 005/2023**, instaurado pelo Município de Piên, que:

Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

Comprometemo-nos a manter, durante todo o período de vigência do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no referido edital;

Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº 8.078 – Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao edital e anexos do **CREDENCIAMENTO Nº 005/2023**;

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

[Local],_____de_____de 2023.

_____

(Identificação e assinatura da pessoa física ou Identificação a assinatura dorepresentante legal da instituição)

(CPF da pessoa física)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E DE IDONEIDADE

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

CREDENCIAMENTO Nº 005/2023

Com vistas à participação no **CREDENCIAMENTO** em epígrafe e, para todos os fins de direito, DECLARAMOS que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa participação e habilitação, e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARAMOS, ainda, que não fomos declarados inidôneos por nenhum órgão do poder público em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

[Local],____de_____de 2023.

_____

(Identificação e assinatura da pessoa física ou Identificação e assinatura dorepresentante legal da instituição)

(CPF da pessoa física

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ACÓRDÃO Nº 2745/2010 – TCE/PR

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

CREDENCIAMENTO Nº 005/2023

Em atendimento ao Acórdão nº 2745/2010 – TCE/PR, a empresa_____, inscrita no CNPJ/MF nº_____declara para os devidos fins não ser servidora do Município de Piên, nem possuir cônjuge ou companheiro (a), parente em linha reta e/ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor (a) público deste Município, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, comissão de credenciamento ou autoridade ligada à contratação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

[Local],____de_____de 2023.

_____

Identificação e assinatura da pessoa física ou Identificação e assinatura dorepresentante legal da instituição)

(CPF da pessoa física)

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

CHAMAMENTO PÚBLICO N° 005/2022

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE PIÊN.....

O MUNICÍPIO DE PIÊN, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **Maicon Grosskopf** , brasileiro, residente e domiciliado em Piên, portador da Carteira de Identidade RG nº ..... e inscrito no CPF/MF sob o nº , e assistido pelo (a) Procurador (a) do Município OAB nº____, em conjunto com a Secretária Municipal de Assistência Social e Defesa Civil , inscrito no CPF nº_.... doravante denominada **CONTRATANTE**, e a ....., e a empresa e, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º ....., Inscrição Estadual nº, Inscrição Municipal nº. ....., estabelecida na R. ....., nº. ....., ..., CEP ....., Fone ..... por seu representante legal, Sr. ....., inscrito no CPF sob nº. .....,doravante denominada **CONTRATADA**, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato de **Prestação de Serviços,** cuja celebração foi autorizada pelo despacho exarado no processo sob **PROTOCOLO 2972/2023,** e que se regerá pela Lei nº 13.019/2014 e Lei Federal nº 14.133/2021, além das cláusulas e condições abaixo discriminadas que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS (Art. 89, Lei 14.133/2021)

Cláusula primeira: O presente contrato tem por objeto a Contratação de empresa especializada, com um professor de música, para prestação de serviços de Oficina de Canto e Coral, no CRAS de Piên, 08 horas semanais, nas quartas-feiras conforme as especificações abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MÉDIA UNITÁRIO MENSAL	MÉDIA VALOR TOTAL
01	Contratação de empresa especializada, com um	Mês	12	R$ xxxxx	R$ xxxxxx

	professor de música, para prestação de serviços de Oficina de Canto e Coral, no CRAS de Piên, 08 horas semanais, nas quartas-feiras.				

DO REGIME DE EXECUÇÃO:

CLáusula segunda: A CONTRATADA, através do presente CONTRATO, obriga-se a prestar os serviços indicados na Cláusula Primeira, obedecendo às diretrizes previamente designadas pelo CONTRATANTE, especialmente no que diz respeito nas disposições contidas na Lei nº 13.019/2014 e da Lei nº 14.133/2021 e quanto às especificações do Edital de Credenciamento que deu origem ao presente instrumento.

Parágrafo primeiro: Os serviços deverão ser prestados na Rua Campo Grande, nº 36 – Avencal – Piên/PR (Prédio do CRAS de Piên, ao lado do Ginásio de Esportes Cláudio de Oliveira Mendes) a partir da 1ª quarta feira após a assinatura do contrato.

DAS RESPONSABILIDADES:

Cláusula Terceira: O início dos serviços se dará no primeiro dia de vigência do presente CONTRATO.

Parágrafo Primeiro: A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços, não se excluindo ou reduzindo-se essa responsabilidade em razão da fiscalização e acompanhamento do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo: São de responsabilidade da CONTRATADA todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto do presente CONTRATO e a sua inadimplência não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente CONTRATO.

Parágrafo Terceiro: A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, refazer ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, incorreções ou defeitos.

Parágrafo Quarto: Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas **EDITAL DE CREDENCIAMENTO nº 005/2023,** juntamente com seus anexos e a propostada CONTRATADA.

DOS PRAZOS:

Cláusula Quarta: O CONTRATO decorrente deste Edital de Credenciamento vigorará por **12 (doze) meses** a partir da data de sua assinatura, sendo possível sua prorrogação por iguais e sucessivos períodos.

Parágrafo Primeiro: A(s) CONTRATADA(s) se compromete(m) a fornecer os serviços durante o prazo da vigência do(s) Contrato(s);

Parágrafo Segundo: A execução do serviço deverá ser iniciado mediante ordem de fornecimento emitida pelo fiscal do contrato designado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES PAGAMENTO (Art. 55, III, Lei 8.666/93):

Cláusula Quinta: O pagamento será efetuado através de depósito bancário, em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura, conforme disponibilidade financeira na fonte de recursos, no protocolo financeiro da Prefeitura, desde que devidamente atestada pela Secretaria solicitante e anexada às provas de regularidade relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União - DAU, abrangendo inclusive as contribuições sociais – INSS, de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, Tributos Municipais e Tributos Estaduais e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Parágrafo Primeiro: Fica ajustado o valor total do presente contrato em R$ ---------- (----------).

Parágrafo Segundo: Para reajuste de preço será considerado o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), o qual incidirá somente se e após decorridos 12 (doze) meses de contrato e obedecidos os valores de mercado. Para tanto, a contratada deverá protocolar pedido formal com 30 (trinta) dias de antecedência.

Parágrafo Terceiro: Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente no órgão licitante, o pagamento deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

Parágrafo Quarto: Em caso de irregularidade na execução do objeto e/ou na documentação fiscal, o prazo de pagamento será contado a partir da(s) correspondente(s) regularização(ões).

Parágrafo Quinto: Em caso de atraso de pagamento em relação ao prazo estabelecido nesta cláusula, o valor da nota fiscal poderá ser atualizado monetariamente pelo INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor), entre a data em que deveria ter sido adimplida a obrigação e o efetivo pagamento (conforme art. 40, XIV, "c", Lei Federal 8.666/1993).

Parágrafo Séxto: No preço pago pela CONTRATANTE à CONTRATADA, já estarão incluídos todos os impostos, encargos, taxas, frete, manutenção, leis sociais, instalação, bem como todo o material e equipamento necessário para a execução dos serviços.

DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

Cláusula Sexta: Constitui direitos do MUNICÍPIO receber o objeto deste contrato nas condições avançadase da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro: São responsabilidades da CREDENCIADA/CONTRATADA:

a) Executar o objeto para o qual for contratado de acordo com o estipulado neste Termo de Referência, no Edital

e no contrato a ser firmado com o Município;

b) Comparecer com pontualidade de horários para ministrar a oficina, de modo que atrasos injustificados ou cumprimento da carga horária em quantidade inferior à contratada serão descontados do valor mensal a ser pago ao Contratado;

c) Comparecer às reuniões junto ao CRAS de Piên e à Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil quando solicitado;

d) Prever e solicitar ao CRAS de Piên, sempre com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, materiais necessários ao desenvolvimento da oficina;

e) combinados com a equipe do CRAS de Piên, assim como ter disponibilidade para participar de apresentações quando necessário, sem custos extras para o Município;

f) Seguir as orientações do CRAS de Piên quanto às músicas a serem ensinadas ao coral, não podendo o contratado decidir por uma música sem a expressa autorização do CRAS de Piên.

Parágrafo Segundo: São responsabilidades da CONTRATANTE:

a) Proporcionar todas as facilidades, bem como informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados para que o Contratado possa desempenhar bem suas funções;

b) Disponibilizar local, com data e horário definidos, para realização da oficina;

c) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto, verificando minuciosamente a conformidade dos serviços prestados com as especificações constantes do Edital e da Proposta apresentada pelo contratado, para fins de aceitação e recebimentos definitivos;

d) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as especificações e condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na Proposta apresentada pelo contratado;

e) Notificar, por escrito, a empresa contratada sobre a ocorrência de eventuais imperfeições nos serviços prestados ou outras irregularidades constatadas durante a execução do Contrato;

f) Efetuar os pagamentos de acordo com as condições e preços pactuados no Contrato.

DA FISCALIZAÇÃO:

Cláusula Sétima: O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato serão exercidos pela servidora Letícia Inez Schroth Gabardo - Matrícula: 4765780.

Parágrafo Primeiro: A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Parágrafo Segundo: O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

Parágrafo Terceiro: A fiscalização se dará através do acompanhamento efetivo das atividades desenvolvidas pela contratada na vigência do contrato, levando em conta critérios de assiduidade, eficiência e eficácia do serviço prestado, devendo inclusive fazer o acompanhamento da folha ponto dos profissionais.

Parágrafo Quarto: A atuação ou a eventual omissão do gestor durante a realização dos trabalhos não poderá ser invocada para eximir a empresa de sua responsabilidade pela execução do objeto.

DA GARANTIA:

Cláusula Oitava: Não será exigida prestação de garantia para o objeto do presente Contrato.

DAS PENALIDADES (Art. 155, Lei 14.133/21):

Cláusula Nona: O descumprimento total ou parcial, de quaisquer das obrigações estabelecidas no presente contrato, bem como as constantes no Edital de **CREDENCIAMENTO Nº 007/2022**, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e às seguintes que poderão ser aplicadas discricionariamente pelo CONTRATANTE, garantida prévia e ampla defesa em Processo Administrativo, na forma da Lei 14.133/21:

a) Advertência;

b) Multa – dia, correspondente a 1/60 avos do valor liquidado e pago no mês anterior;

c) Rescisão contratual com multa equivalente a 20 multas – dias;

d) Suspensão de licitar e impedimento de contratar temporariamente com o Município de Piên, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, da Lei 14.133/21.

Parágrafo Primeiro: As sanções acima estabelecidas poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, depois de facultado o exercício de defesa prévia em processo administrativo, na forma do § 2°, do art. 155, da Lei 14.133/21.

Parágrafo Segundo: Na hipótese de o CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo à conclusão do

CONTRATO, ficará a CONTRATADA sujeita, além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.

Parágrafo Terceiro: As multas previstas em Edital não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a CONTRATADA da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo Quarto: As multas aplicadas na execução do presente CONTRATO serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração Pública ou cobradas judicialmente.

Parágrafo Quinto: Ao CONTRATANTE reserva-se ao direito de, a qualquer tempo, paralisar ou suspender a execução do contrato, se for constatada pela fiscalização falhas na execução dos serviços e que requeiram repetição dos mesmos.

DOS CASOS DE RESCISÃO E DO RECONHECIMENTO DOS DIREITOS DA ADMINISTRAÇÃO (Art. 138, Lei nº 14.133/21:

Cláusula Décima: O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o presente contrato unilateralmente quando ocorrerèm as hipóteses do art.138 Lei nº 14.133 de 01/04/21.

Parágrafo Único: A rescisão do presente contrato poderá ser ainda amigável, por acordo entre as partes, na forma do art. art.138 Lei nº 14.133 de 01/04/21, ou judicial, nos termos da legislação.

DA VINCULAÇÃO AO EDITAL (Art. 92,II Lei 14.133/21):

Cláusula Décima Primeira: O presente contrato está vinculado ao **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2023.**

DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (Lei 14.133/21):

Cláusula Décima Segunda: O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei 13.019/14 e da Lei 14.133/21, suas alterações e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamenteos princípios da Teoria Geral dos Contratos, as disposições de Direito Privado, Código de Defesa do Consumidor,Código Civil a Lei Orgânica e demais normas aplicáveis à espécie do Município de Piên/Pr.

Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direitos.

DA OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO (Art. 89, Lei 14.133/21):

Cláusula Décima Terceira: Fica o CONTRATADO obrigado a manter, durante toda a execução do contrato,

em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato.

DO FORO (Art. 92, § 1º, Lei nº 14.133/21).

Cláusula Décima Quarta: Concorda o CONTRATADO quanto ao foro privilegiado atribuído ao CONTRATANTE, qual seja o Foro de Rio Negro, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, para dirimir eventuais questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Piên, ... de ..... de 2023.

.....	.....
Maicon Grosskopf	**(Razão Social)**
Prefeito Municipal	(Representante)
CONTRATANTE	**CONTRATADO**
.....	.....
Procurador do Município	Secretária Municipal de Cultura,
OAB nº	Esporte e Lazer
	Decreto nº

Testemunhas:

Nome: ..... Assinatura: .....

Nome: ..... Assinatura: .....

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONCORRÊNCIA 001/2023

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 001/2023

A Comissão Permanente de Licitações torna público que fará realizar, às 09:30 horas do dia **06 de Julho do ano de 2023**, na Sala de Licitações da Prefeitura, situada na Rua Amazonas n° 373, em Piên, Paraná, Brasil, **CONCORRÊNCIA**, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, a preços fixos e sem reajuste, da(s) seguinte(s) obra(s):

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução (*dias*)
Bairro Gramados	Pavimentação Estrada vicinal em CBUQ	16.268,08 m²	270

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado, no horário comercial, ou solicitada através do e-mail: **licitacoes.administracao@pien.pr.gov.br**. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados à Comissão Permanente de Licitações no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefone (41) 3632-1136.

Piên/PR, 01 de junho de 2023.

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Presidente CPL

Publicado por:
Eduardo Duarte Scheivaraski
Código Identificador:7931BAED

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2022

3° ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2022
REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2022

3° ADITIVO CONTRATO DE OBRA PÚBLICA POR EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA TRENGE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **MAICON GROSSKOPF**, portador da CI nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.278.589-17, residente e domiciliado nesta cidade, assistido pela Procuradoria Juridica do Municipio Sr. **CALEBE FRANÇA COSTA**, OAB/PR nº 61.756/PR em conjunto com Secretária de Planejamento, Obras e Urbanismo, Sra **NAIANY CAROLINA DE ARAUJO**, inscrito no CPF sob nº 069.202.819-61 doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa e **TRENGE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 32.663.785/0001-79, estabelecida na Rua Maria Brunalto Cantador, nº 393, Fazenda Velha em Araucária/PR, CEP 83704-540, Fone (41) 99845-4084, e-mail: contato@trengeengenharia.com.br; por seu representante legal, Sr. **TIAGO APARECIDO FERREIRA**, inscrito no CPF sob nº. 062.354.479-22, doravante denominada **CONTRATADA,** resolvem **FIRMAR TERMO ADITIVO** ao Contrato nº 140/2022, nos termos Lei Federal n.º 8.666/93 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Fica Suprimido do contrato o valor de R$ 76.591,63 (Setenta e seis mil, quinhentos e noventa e um reais e sessenta e três centavos).

Cláusula Segunda: As demais clausulas permanecem inalteradas.

47

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Piên/PR, 31 de Maio 2023.

Publicado por:
Bernadete Maguerovski dos Santos
Código Identificador:5AC4E687

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2022

4° ADITIVO AO CONTRATO Nº 140/2022
REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2022

4° ADITIVO CONTRATO DE OBRA PÚBLICA POR EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA TRENGE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI.

O **MUNICÍPIO DE PIÊN**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecido a Rua Amazonas, nº. 373, Bairro Centro, inscrita no CNPJ nº. 76.002.666/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **MAICON GROSSKOPF**, portador da CI nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.278.589-17, residente e domiciliado nesta cidade, assistido pela Procuradoria Juridica do Municipio Sr. **CALEBE FRANÇA COSTA**, OAB/PR nº 61.756/PR em conjunto com Secretária de Planejamento, Obras e Urbanismo, Sra **NAIANY CAROLINA DE ARAUJO**, inscrito no CPF sob nº 069.202.819-61 doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa e **TRENGE CONSTRUTORA DE OBRAS EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 32.663.785/0001-79, estabelecida na Rua Maria Brunalto Cantador, nº 393, Fazenda Velha em Araucária/PR, CEP 83704-540, Fone (41) 99845-4084, e-mail: contato@trengeengenharia.com.br; por seu representante legal, Sr. **TIAGO APARECIDO FERREIRA**, inscrito no CPF sob nº. 062.354.479-22, doravante denominada **CONTRATADA,** resolvem **FIRMAR TERMO ADITIVO** ao Contrato nº 140/2022, nos termos Lei Federal n.º 8.666/93 e das cláusulas e condições abaixo discriminadas, que as partes declaram conhecer e mutuamente se outorgam, a saber:

Cláusula Primeira: Fica aditivado ao valor do contrato R$ 80.043,63 (Oitenta mil, quarenta e três reais e sessenta e três centavos).

Cláusula Segunda: As demais clausulas permanecem inalteradas.

Piên/PR, 31 de Maio 2023.

Publicado por:
Bernadete Maguerovski dos Santos
Código Identificador:A38B286A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 663/2023 DE 31 DE MAIO 2023

PORTARIA Nº 663/2023 DE 31 DE MAIO 2023.

Nomeia Servidores Públicos Municipais para a Comissão Permanente de Licitações.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PIÊN**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e constitucionais, que lhe são conferidas, em conformidade com a Lei n. 8.666 de 21 de julho de 1993,

RESOLVE

Art. 1° Ficam nomeados os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, para a composição como membros efetivos, por período não superior a 01 (um) ano, da Comissão Permanente de Licitações:
I – Presidente: Eduardo Duarte Scheivaraski, com matrícula de n. 4765289
II – Secretário: Bernadete Maguerovski, com matrícula de n. 105401
III – Membro: Jacqueline de Oliveira Vieira, com matrícula n. 4765331

Art. 2° Para realização da sessão de julgamento todos os membros da Comissão Permanente de Licitações deverão estar presentes.

§ 1° Constatado a ausência do Presidente, caberá a um membro da comissão, suspender o processo através de ato oficial.
Art. 3° Esta Portaria entra em vigor nesta data.
Art. 4° Ficam revogadas as disposições ao contrário desta.

Piên, 31 de maio de 2023.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito de Piên

Publicado por:
Márcia Zigovski
Código Identificador:AB1E590E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 664/2023 DE 31 DE MAIO 2023.

PORTARIA Nº 664/2023 DE 31 DE MAIO 2023.

Designa servidor público para função de Pregoeiro e designa servidores públicos para comporem a Equipe de Apoio do Pregoeiro, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PIÊN**, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e constitucionais, que lhe são conferidas, e em conformidade com o Lei Federal n.° 10520, suas alterações,
RESOLVE:
Art. 1° Designar o servidor: **Eduardo Duarte Scheivaraski,** inscrito na matrícula n.° 4765289, para exercer a função de Pregoeiro, na forma e interesse da Administração Pública Municipal
Art. 2° Ficam designadas as servidoras: **Bernadete Maguerovski dos Santos**, inscrita na matrícula n.° 105401 e **Jacqueline de Oliveira Vieira**, inscrita na matrícula n. 4765331; para comporem a Equipe de Apoio do Pregoeiro, em conformidade com o artigo Art. 2° da Lei Federal n.° 10520, de 17 de julho de 2002 e suas alterações.
Art. 3° O pregoeiro designado por esta portaria é responsável pela condução dos trabalhos e a tomada de decisões relativa aos procedimentos licitatórios na modalidade Pregão Presencial ou Eletrônico a serem realizados no Município de Piên.
§ 1° Para realização do processo na modalidade pregão, deverão atuar juntamente com o pregoeiro no mínimo dois integrantes da equipe de Apoio.
§ 2° Constatado a ausência do Pregoeiro, caberá a um membro da equipe de apoio, suspender o processo através de ato oficial.
Art. 4° Fica delegado à Secretaria de Administração e Finanças a atribuição de assinar todos os editais de pregão quando elaborados para as demandas das Secretarias em geral, e a cada Secretário quando o edital for específico a uma demanda de sua pasta.
Art. 5° Ficam autorizados o Pregoeiro e os membros da equipe de apoio a realizar os procedimentos licitatórios sob a modalidade Pregão nos processos de aquisição de bens e contratação de serviços de interesse do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Piên - PIÊNPREV.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 7° Ficam revogadas as disposições ao contrário desta.

Piên/PR 31 de maio de 2023.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito de Piên

Publicado por:
Márcia Zigovski
Código Identificador:8F7CE3FE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 651, DE 26 DE MAIO DE 2023.

PORTARIA Nº 651, DE 26 DE MAIO DE 2023. 48

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR PÚBLICO

O senhor Claudemir José de Andrade, Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 002/2021, considerando ainda o disposto no Art. 16 da Lei Municipal 1078/2010,

RESOLVE:

Art1°. Conceder, a servidora pública **LEILA GERTLER** portador da cédula de identidade civil com RG nº 4.406.315/SC e matrícula funcional 106171 ocupante do cargo público de **TECNICO EM ENFERMAGEM** Promoção horizontal, do padrão A – nível 02, para o padrão A – nível 03.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 26 de maio de 2023.

CLAUDEMIR JOSÉ DE ANDRADE
Secretário de Administração e Finanças.

Publicado por:
Márcia Zigovski
Código Identificador:3A0C2FE1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 650, DE 26 DE MAIO DE 2023

PORTARIA Nº 650, DE 26 DE MAIO DE 2023.

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL PARA SERVIDOR PÚBLICO

O senhor Claudemir José de Andrade, Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 002/2021 considerando ainda o disposto no Art. 16 da Lei Municipa 1078/2010,

RESOLVE:

Art1°. Conceder, ao servidor público **JOSÉ LUIZ DE BARROS** portador da cédula de identidade civil com RG nº 7.273.108-5/PR e matrícula funcional 350761 ocupante do cargo público de **CONTADOR** Promoção horizontal, do padrão B – nível 07, para o padrão B – nível 08.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3° Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, 26 de maio de 2023.

CLAUDEMIR JOSÉ DE ANDRADE
Secretário de Administração e Finanças.

Publicado por:
Márcia Zigovski
Código Identificador:AE2E8BA0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CONTRATO 162/2022

Protocolo n°: 2972/2023 Requerente: Secretaria Municipal de Ação Social e Defesa Civil

Ref.: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURIDICA, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, COM UM PROFESSOR DE MÚSICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINA DE CANTO E CORAL, NO CRAS DE PIÊN, 08 HORAS SEMANAIS, NAS QUARTAS-FEIRAS, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E DEFESA CIVIL

Ao Jurídico,

Para vossa análise e parecer, encaminho a presente **CHAMADA PÚBLICA 005/2023.**

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Processo: 2972/2023
Assunto: "*Credenciamento de pessoa jurídica especializada, com um professor de música, para prestação de serviços de Oficina de Canto e Coral, no CRAS de Piên*".
Origem: Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil

Parecer Jurídico

I - Relatório

Trata-se de consulta jurídica formulada pela assessoria de licitações e contratos sobre o "*Credenciamento de pessoa jurídica especializada, com um professor de música, para prestação de serviços de Oficina de Canto e Coral, no CRAS de Piên*", tendo por justificativa o seguinte:

> "A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) possui como objetivo a Proteção Social, que visa garantir a segurança de sobrevivência (rendimento e autonomia); acolhida e convívio ou vivência familiar, sendo então a Proteção Social Básica uma das proteções afiançadas pela PNAS.
> A Proteção Social Básica atua na prevenção das situações de risco através da identificação e desenvolvimentos das potencialidades das famílias atendidas, bem como o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Dentre os serviços da Proteção Básica ofertados no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) está o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, que objetiva desenvolver ações preventivas e proativas, oferecendo à população que vivencia situações de vulnerabilidades sociais, novas oportunidades de reflexão acerca da realidade social, contribuindo dessa forma para a planejamento de estratégias e na construção de novos projetos de vida.
> Assim sendo, objetivamos, através da contratação de empresa especializada, oferecer a Oficina de Canto e Coral para o SCFV, pois ressaltamos que as intervenções realizadas pela Proteção Social Básica devem ser pautadas em experiências lúdicas e culturais, bem como, em ações em diferentes áreas, para ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências aos usuários dos serviços socioassistenciais, restando evidente que a realização desta ação corrobora com o interesse público e é de importante relevância às ações voltadas à Política da Assistência Social."

O processo veio acompanhado do termo de referência, cotações realizadas com fornecedores locais e minuta do edital e anexos.

O Edital de credenciamento foi elaborado pela assessoria de licitações e consta no mesmo: preâmbulo, objeto, dotação orçamentária, exigências e dos critérios para o credenciamento, pedido de credenciamento e condições de participação, forma de apresentação da documentação, documentos de habilitação, procedimento de credenciamento, local e condições de execução, recebimento e critérios de aceitação do objeto, forma de pagamento, formas de acompanhamento e fiscalização, prazos, obrigações da credenciada, penalidades, disposições, interposição de recurso, disposições finais.

É o relatório.

II - Passamos a análise jurídica.

Inicialmente, não se lança aqui questionamentos sobre a pertinência da contratação pretendida, uma vez que o oferecimento de atividades em contraturno escolar faz parte cronograma de ensino como também como atividade extracurricular de promoção de diversas modalidades de esportes no Município.

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

51

O credenciamento é um procedimento auxiliar das licitações e das contratações previsto no art. 78, I, da Lei nº 14.133/21 e definido no art. 6º, XLIII da mesma Lei, que tem por objetivo convocar interessados em prestar serviços ou fornecer bens, uma vez preenchidos os requisitos necessários, sendo garantidos neste procedimento todos os princípios basilares da Administração Pública e da nova Lei de Licitações.

Da mesma forma, tem-se que o credenciamento de pessoa jurídica, é uma hipótese de contratação pela qual "a Administração aceita como colaborador todos aqueles que, atendendo as motivadas exigências públicas, manifestem interesse em firmar contrato ou acordo administrativo." (TORRES, Ronny Charles Lopes de. Leis de Licitações Públicas comentadas. Salvador: Juspodivm, 2019, p. 348).

Neste caso, o chamado da Administração "convida" todo(a)s o(a)s interessado(a)s, estabelecendo critérios objetivos para contratação e, analisa as condições de cada um dos postulantes ao contrato como candidatos, julgando conforme os critérios objetivo do edital e, quando habilitado(a)s as pessoas jurídicas interessadas firmam contrato com o Município, passando a serem contratados para prestar serviços de forma impessoal.

Não há, portanto, disputa de proposta pelos interessados no chamamento público, passando os habilitados a serem tratados como credenciados, mantendo-se obviamente a preferência pela ordem cronológica de credenciamento, sendo convocados conforme a necessidade da Administração.

Ademais, o objeto da demanda pressupõe a pluralidade de prestadores/contratados para atingimento do interesse público, tendo por base preços pré-definidos no processo licitatório.

Há no chamamento público, relativa simplificação do processo de escolha dos contratados se comparado ao procedimento da licitação, contudo, não permite total abandono aos princípios do art. 37 da Constituição Federal, especialmente, quanto a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, tampouco aqueles elencados no art. 5º da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O credenciamento é admitido em contratações não habituais da Administração, quando por alguma particularidade não se possa utilizar nenhuma das modalidades já definidas pelo legislador na lei de licitações, devendo, contudo, garantir o julgamento objetivo das propostas, com ampla publicidade e condições predefinidas e remuneração fixa ao longo do contrato, elementos que julgo estar satisfatoriamente atendidos no presente caso.

Em resumo, a Administração tem a possibilidade instaurar processo administrativo a fim de convocar empresas ou profissionais interessados para serem contratados para realização dos serviços objeto deste, devendo, contudo, a contratação obedecer a parâmetros objetivos e pré-definidos, mediante tratamento isonômico através de regras editalícias bem definidas, especialmente quanto a um único referencial de remuneração e distribuição de serviços.

Rua Amazonas, 373
Centro, Piên - PR
83.860-000
(41) 3632-1136

Ainda, analisando os autos, verifica-se que a instrução do processo licitatório seguiu as cautelas recomendadas pelo art. 18 da Lei nº 14.133/21, que elenca os pressupostos que deverão compor a fase preparatória do processo licitatório.

Igualmente, o Termo de Referência contém especificações essenciais em atendimento à exigência legal, inclusive tendo sido devidamente aprovado e assinado pela autoridade competente o qual vislumbro estar satisfatório. Quanto a minuta do contrato, anoto que atende todas as regras previstas no art. 89 da Lei nº 14.133, especialmente quanto o nome das partes, finalidade, número do processo de licitação, condições para execução, condições de pagamento, obrigações e responsabilidades das partes.

III - Conclusão

Neste sentido, entendemos que o chamamento público para "*Credenciamento de pessoa jurídica especializada, com um professor de música, para prestação de serviços de Oficina de Canto e Coral, no CRAS de Piên*" pode ser utilizado sendo tal modalidade admitida por lei (art. 78, I da Lei nº 14.133/21), podendo ser adotado desde que, não haja violação as regras do concurso público e do dever de licitar insculpidas no art. 37 da Constituição Federal.

Destacamos ainda que, os princípios da lei de licitação e da Administração Pública devem ser preservados no chamamento público, pois não se afasta da condição de contrato administrativo, devendo haver vinculação ao edital de convocação, isonomia na prestação dos serviços e remuneração e, não podendo nestes casos, os contratados serem equiparados a servidores públicos municipais para fins de vínculo com a Administração.

Por fim, opino pela regularidade do presente procedimento de chamamento público para credenciamento de empresa para ministrar oficinas de artes marciais e, ressalto que este parecer tem caráter meramente opinativo quanto aos contornos de legalidade deste procedimento administrativo, cabendo o julgamento político de conveniência e oportunidade do ato autoridade que se destina.

É o parecer.

Piên, 18 de setembro de 2023.

Calebe França Costa
Procurador Jurídico - OAB/PR 61.756

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de publicação, podendo ser prorrogado.

Data de assinatura: 14 de setembro de 2023.

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS.

COMPRAS E LICITAÇÕES

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:B3135B7F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2023

O Município de Piên, Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Licitações nomeada pela **PORTARIA Nº 663/2023** e da Comissão Especial de Credenciamento, instituída através do Memorando 024/2023 da Secretaria responsável torna público que se encontra aberto Processo Administrativo para **Credenciamento de empresa para ministrar oficinas de Canto e Coral, no CRAS de Piên, 08 horas semanais, nas quartas-feiras, em atendimento à Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil,** respeitando a legislação em vigor e regras estabelecidas em Edital.
Qualquer empresa que cumpra com as condições, restrições, critérios e exigências presentes no edital, que demonstre interesse em credenciar-se, poderá fazê-lo protocolando o pedido junto à Comissão Permanente de Licitações – prédio da Prefeitura Municipal de Piên situada a na Rua Amazonas, nº 373, Centro, Piên/PR, informando interesse na forma estabelecida em edital, acompanhado dos documentos exigidos para o Credenciamento.
O Edital completo do presente Chamamento Público permanecerá à disposição dos interessados no endereço **https://www.pien.pr.gov.br/licitacoes** e na Secretaria Municipal de Administração e Finanças – Setor de Licitações, eis que o Chamamento Público é permanentemente aberto durante a vigência dos contratos.

Piên /PR, 15 de setembro de 2023.

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:1F0D2DAF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº 1114 DE 15 DE SETEMBRO DE 2023

PORTARIA Nº 1114 DE 15 DE SETEMBRO DE 2023

Concessão de diária para servidor(a) público(a).

O senhor Claudemir José de Andrade, Secretário de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Decreto 002/2021 e considerando o disposto na Lei Municipal 1.366/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora pública **Kátia Regina Rudnick Cavalheiro Fragoso**, portadora da cédula de identidade civil com RG nº 2.011.383-8/SC matrícula funcional 4765234, ocupante do cargo de agente político de **Secretária de Assistência Social e Defesa Civil,** o pagamento de diária(s):

Objetivo da viagem	Período de afastamento	Destino	Quantidade de diárias	Valor	Nº do empenho
Evento Paraná Piá em Castro	19/09/2023	Castro/PR	1(um)	50,00	7672/2023

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Piên/PR, em 15 de setembro de 2023.

CLAUDEMIR JOSÉ DE ANDRADE
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:874347B8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESCISÃO AO CONTRATO 021/2023

TERMO DE RESCISÃO 014/2023

RESCISÃO AO CONTRATO 021/2023 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PIÊN E A EMPRESA CIRURGICA AURORA PRODUTOS HOSPITALARES.

Pelo presente instrumento particular de aquisição que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE PIÊN, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.002.666/0001-40, com sede à Rua Amazonas, 373, Centro, Piên/PR, neste ato representado pelo Prefeito Sr. MAICON GROSSKOPF, portador da CI nº 10094176-7, inscrito no CPF/MF sob o nº 080.278.589-17, residente e domiciliado nesta cidade, assistido pela Procuradoria Jurídica do Município Sr. Calebe França Costa, OAB/PR nº 61.756/PR em conjunto com a Secretária de Saúde, Sra. Mayara Ap. De Almeida Grosskopf, inscrita no CPF sob nº 096.528.569-32, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro, **CIRURGICA AURORA PRODUTOS HOSPITALARES**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 37.721.018/0001-92, estabelecida na, Av. Alice Abibe Sahao Nº 1735 – Jardim Vale Azul, Londrina Paraná, CEP: 86041-750, Fone: (43) 99129-2748, e-mail: contato@cirurgicaaurora.com.br; nesse ato representado pelo Sr. Bruno Vinicio De Oliveira Prado, inscrito no CPF sob nº. 061.673.729-77, doravante denominada CONTRATADA, resolve **RESCINDIR UNILATERALMENTE** o Contrato nº 021/2023, originado do Pregão Eletrônico 015/2022, conforme Processo administrativo Apuratório 005/2023 a partir do dia 15 de setembro de 2023.

Piên, 15 de setembro de 2023.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:28C1C324

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2023

OBJETO: Aquisição de livros literários (biblioteca) destinados à alunos da Educação Infantil e Ensino Fundamental das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Piên – PR sendo 1 Biblioteca infantil composta por 344 livros literários e 1 Biblioteca ensino fundamental composta por 397 livros literários, conforme solicitação da Secretaria de Educação. **Entrega das propostas**: a partir 20/09/2023 no site Bolsa Brasil de Licitações - BLL. **Abertura das Propostas**: 29/09/2023 às 09h30 (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 18 de setembro de 2023.

EDUARDO DUARTE SCHEIVARASKI
Pregoeiro Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:6B2C9287

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 193, DE 18 DE SETEMBRO DE 2023

Prefeitura de
PIÊN

MEMORANDO N° 024/2023/CRAS

54

Para: **Área de Licitações – Sr. Eduardo Duarte Scheivaraski**
De: **Secretaria de Assistência Social e Defesa Civil**
Assunto: **Indica membros para Comissão de Análise de Documentos – Chamada Pública 05/2023**
Data: **14/09/2023**

Prezado,

Segue abaixo indicação dos membros para compor a Comissão de Análise da documentação referente à Chamada Pública nº 05/2023:

1 – Ingrid Rubiane de Bassi Fragoso – Matrícula 101081;

2 – Tatiane Andreza Katzer - Matrícula 316151;

3 – Letícia Inez Schroth Gabardo – Matrícula 4765780.

Sem mais, agradecemos a atenção dispensada e permanecemos à disposição para quaisquer dúvidas e/ ou esclarecimentos que se fizerem necessários.

Kátia Regina Rudnick Cavalheiro Fragoso
Secretária de Assistência Social e Defesa Civil

PROPONENTE: 51.588.397 SIDNEI MUEHLBAUER
ENDEREÇO: RUA SANTA CATARINA, Nº 156, BELA VISTA – RIO NEGRINHO/SC
CNPJ: 51.588.397/0001-15
FONE: (47) 9 9220-4342
E-MAIL: sidneimuehlbauer@yahoo.com.br
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

COTAÇÃO

Empresa: 51.588.397 SIDNEI MUEHLBAUER	CNPJ: 51.588.397/0001-15
Endereço: RUA SANTA CATARINA, Nº 156 – BELA VISTA – RIO NEGRINHO/SC	E-mail: sidneimuehlbauer@yahoo.com.br
Telefone: (47) 99220-4342	WhatsApp: (47) 99220-4342

Item	Descrição do Produto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de empresa especializada, com um professor de música, para prestação de serviços de Oficina de Canto/Coral, no CRAS de Piên	MÊS	12	R$ 1.384,00	R$ 16.608,00

Validade do orçamento: 30 dias

Rio Negrinho/SC, 20 de setembro de 2023.

SIDNEI MUEHLBAUER
CPF: 050.566.729-04

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

Empresário(a)

Nome Civil
SIDNEI MUEHLBAUER

CPF
050.566.729-04

CNPJ
51.588.397/0001-15

Data de Abertura
27/07/2023

Nome Empresarial
51.588.397 SIDNEI MUEHLBAUER

Nome Fantasia
SIDNEI MUEHLBAUER

Capital Social
1.000,00

Situação Cadastral Vigente
ATIVA

Data da Situação Cadastral
27/07/2023

Endereço Comercial

CEP
89.297-548

Logradouro
SANTA CATARINA

Número
156

Complemento
CASA

Bairro
BELA VISTA

Município
RIO NEGRINHO

UF
SC

Situação Atual

Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período	Início	Fim
1° Período	27/07/2023	-

Atividades

Forma de Atuação

Porta a porta, postos móveis ou por ambulantes, Internet, Televenda

Ocupação Principal

Professor(a) particular, independente

Atividade Principal (CNAE)

85.99-6/99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente

#	Ocupações Secundárias	Atividades Secundárias (CNAE)
1	Comerciante independente de instrumentos musicais e acessórios	47.56-3/00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
2	Fabricante de instrumentos musicais, independente	32.20-5/00 - Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios
3	Animador(a) de festas independente	93.29-8/99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente
4	Restaurador(a) de instrumentos musicais históricos, independente	33.19-8/00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente
5	Reparador(a) de instrumentos musicais, independente	95.29-1/99 - Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente
6	Cantor(a)/músico(a) independente	90.01-9/02 - Produção musical
7	Locador(a) de instrumentos musicais, independente	77.29-2/02 - Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais
8	Instrutor(a) de música, independente	85.92-9/03 - Ensino de música

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço https://mei.receita.economia.gov.br/certificado.

Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar Fazer Download do Certificado em PDF

03

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

59

Empresário(a)

Nome Civil	CPF
SIDNEI MUEHLBAUER	050.566.729-04

CNPJ
51.588.397/0001-15

Data de Abertura
27/07/2023

Nome Empresarial
51.588.397 SIDNEI MUEHLBAUER

Nome Fantasia
SIDNEI MUEHLBAUER

Capital Social
1.000,00

Situação Cadastral Vigente	Data da Situação Cadastral
ATIVA	27/07/2023

Endereço Comercial

CEP	Logradouro	Número	Complemento
89297-548	RUA SANTA CATARINA	156	CASA
Bairro	**Município**	**UF**	
BELA VISTA	RIO NEGRINHO	SC	

Situação Atual
Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período	Início	Fim
1º período	27/07/2023	-

Atividades

Forma de Atuação
Porta a porta, postos móveis ou por ambulantes, Internet, Televenda

Ocupação Principal
Professor(a) particular, independente

Atividade Principal (CNAE)
8599-6/99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente

Ocupações Secundárias	Atividades Secundárias (CNAE)
Comerciante independente de instrumentos musicais e acessórios	4756-3/00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
Fabricante de instrumentos musicais, independente	3220-5/00 - Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios
Animador(a) de festas independente	9329-8/99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente
Restaurador(a) de instrumentos musicais históricos, independente	3319-8/00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente
Reparador(a) de instrumentos musicais,	9529-1/99 - Reparação e manutenção de outros objetos e

independente	equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente
Cantor(a)/músico(a) independente	9001-9/02 - Produção musical
Locador(a) de instrumentos musicais, independente	7729-2/02 - Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais
Instrutor(a) de música, independente	8592-9/03 - Ensino de música

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: https://mei.receita.economia.gov.br/certificado.

Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

República Federativa do Brasil
Ministério da Educação
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

O Reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições e tendo em vista a conclusão do Curso de **Música**, em 25 de maio de 2012, e a colação de grau em 25 de maio de 2012, confere o título de

Licenciado em Música

a

Sidnei Muehlbauer

nacionalidade brasileira, nascido a 21 de julho de 1983, em São Bento do Sul, Santa Catarina, Cédula de Identidade nº 42454166-SSP/SC, e outorga-lhe o presente Diploma a fim de que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Porto Alegre, 25 de maio de 2012.

Alfredo Nicolaiewsky
Diretor

Diplomado

Carlos Alexandre Netto
Reitor

62

63

Curso reconhecido, conforme Artigo 63 da Portaria normativa 40, DOU 29/12/2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
REITORIA

DIPLOMA registrado sob o nº 808, fl 135-v, do livro G-6, por competência atribuída pelo Art. 48, § 1º, da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Seção de Registro de Diplomas e Certificados

Em 25 de maio de 2012.

Mara Denise Coutinho da Silva – Diretora do DECORDI por delegação de competência da Pró-Reitoria de Graduação da UFRGS, conferida pela Portaria nº 2471 de 14-05-09.

Nº 062549

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
51.588.397/0001-15 MATRIZ		**27/07/2023**

NOME EMPRESARIAL
51.588.397 SIDNEI MUEHLBAUER

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
SIDNEI MUEHLBAUER	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
77.29-2-02 - Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; instrumentos musicais
95.29-1-99 - Reparação e manutenção de outros objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente
93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente
33.19-8-00 - Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente
90.01-9-02 - Produção musical
47.56-3-00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
85.92-9-03 - Ensino de música
32.20-5-00 - Fabricação de instrumentos musicais, peças e acessórios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R SANTA CATARINA	**156**	**CASA**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
89.297-548	**BELA VISTA**	**RIO NEGRINHO**	**SC**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
SIDNEIMUEHLBAUER@YAHOO.COM.BR	**(47) 9220-4342**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**27/07/2023**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **20/09/2023** às **11:10:18** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

CONSULTAR QSA | VOLTAR | IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4.245.416-6

DATA DE EXPEDIÇÃO 07/NOV/2002

NOME SIDNEI MUEHLBAUER

FILIAÇÃO PEDRO MUEHLBAUER
VALMIRA TEREZINHA KIRSCHBAUER MUEHLBAUER

NATURALIDADE SAO BENTO DO SUL SC

DATA DE NASCIMENTO 21/JUL/1983

DOC ORIGEM C NASC 8637 LV A-9 FL 146
CART SAO BENTO DO SUL SC

Sebastião Enir Reatz
Delegado Regional de Polícia
Matr. 117.890-3

CPF 050.566.729/04

SAO B. SUL SC ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

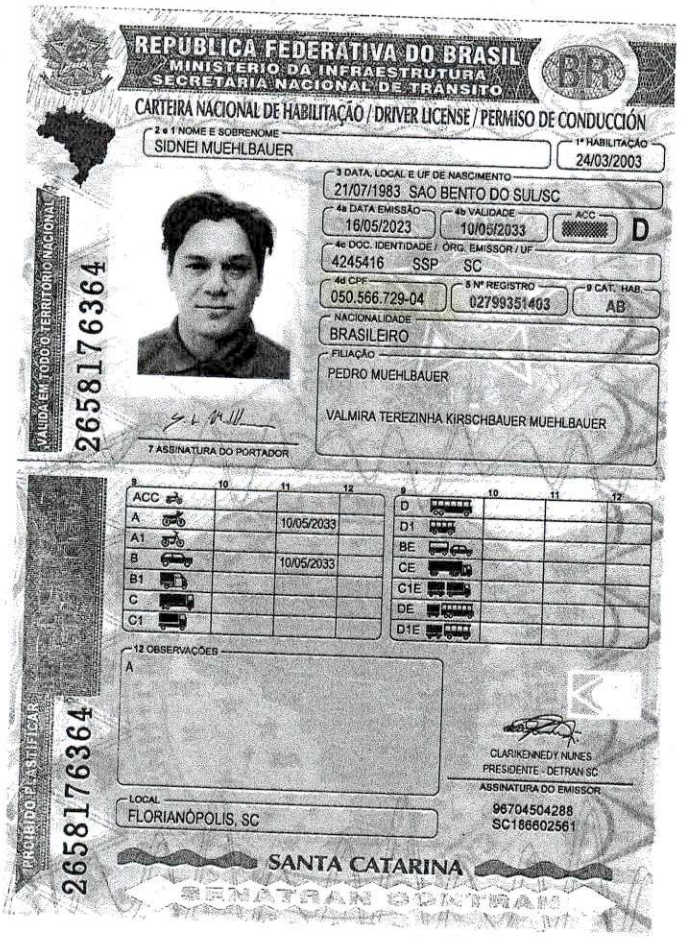
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME
SIDNEI MUEHLBAUER

1ª HABILITAÇÃO
24/03/2003

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
21/07/1983 SAO BENTO DO SUL/SC

4a DATA EMISSÃO
16/05/2023

4b VALIDADE
10/05/2033

ACC

D

4c DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
4245416 SSP SC

4d CPF
050.566.729-04

5 Nº REGISTRO
02799351403

9 CAT. HAB.
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
PEDRO MUEHLBAUER
VALMIRA TEREZINHA KIRSCHBAUER MUEHLBAUER

7 ASSINATURA DO PORTADOR

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2658176364

9	10	11	12
ACC			
A		10/05/2033	
A1			
B		10/05/2033	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES
A

CLARIKENNEDY NUNES
PRESIDENTE - DETRAN SC
ASSINATURA DO EMISSOR

96704504288
SC186602561

LOCAL
FLORIANÓPOLIS, SC

SANTA CATARINA

PROIBIDO PLASTIFICAR

2658176364

SENATRAN CENTRAL

REQUERIMENTO

67

PROPONENTE: 51.588.397 SIDNEI MUEHLBAUER

ENDEREÇO: RUA SANTA CATARINA, Nº 156 – BAIRRO BELA VISTA – RIO NEGRINHO/SC

CNPJ: 51.588.397/0001-15

FONE: (47) 9 9220-4342

E-MAIL: sidneimuehlbauer@yahoo.com.br

À Comissão de Credenciamento

Ref.: **CREDENCIAMENTO Nº 005/2023**

A empresa 51.588.397 SIDNEI MUEHLBAUER estabelecida no endereço RUA SANTA CATARINA, Nº 156 – BAIRRO BELA VISTA – RIO NEGRINHO/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 51.588.397/0001-15, através de seu representante legal Sr. SIDNEI MUEHLBAUER, inscrito no CPF nº 050.566.729-04, vem requerer o **CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURIDICA, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, COM UM PROFESSOR DE MÚSICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OFICINA DE CANTO E CORAL, NO CRAS DE PIÊN, 08 HORAS SEMANAIS, NAS QUARTAS-FEIRAS, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E DEFESA CIVIL**, a serem prestados nos estabelecimentos próprios do Município de Piên, para o qual anexamos os documentos solicitados no referido edital.

1. Os serviços serão prestados pelos seguintes profissionais:
   SIDNEI MUEHLBAUER, inscrito no CPF nº 050.566.729-04, licenciado em Música pela UFRGS e com experiência de mais de 05 (cinco) anos do professor de música com turmas/ oficina de canto e coral, com crianças e adolescentes na faixa etária de 05 (cinco) a 15 (quinze) anos.

2. Declaro estar de pleno acordo com todas as cláusulas estabelecidas no referido Edital.

Rio Negrinho/SC, 20 de setembro de 2023.

Atenciosamente,

SIDNEI MUEHLBAUER
CPF nº 050.566.729-04

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 51.588.397/0001-15
Razão Social: 51 588 397 SIDNEI MUEHLBAUER
Endereço: R SANTA CATARINA 156 CASA / BELA VISTA / RIO NEGRINHO / SC / 89297-548

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:20/09/2023 a 19/10/2023

Certificação Número: 2023092007503145210065

Informação obtida em 20/09/2023 11:12:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

69

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: 51.588.397 SIDNEI MUEHLBAUER (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 51.588.397/0001-15
Certidão nº: 50182096/2023
Expedição: 20/09/2023, às 11:13:36
Validade: 18/03/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **51.588.397 SIDNEI MUEHLBAUER (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **51.588.397/0001-15, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: 51.588.397 SIDNEI MUEHLBAUER
CNPJ: 51.588.397/0001-15

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:15:40 do dia 20/09/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 18/03/2024.
Código de controle da certidão: **85F3.5EDE.9FAD.8477**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): **51.588.397 SIDNEI MUEHLBAUER**
CNPJ/CPF: **51.588.397/0001-15**
(Solicitante sem inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS/SC)

Esta certidão é válida para o número do CPF ou CNPJ informado pelo solicitante, que não consta da base de dados da Secretaria de Estado da Fazenda.
O nome e o CPF ou CNPJ informados pelo solicitante devem ser conferidos com a documentação pessoal do portador.

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	**Lei nº 3938/66, Art. 154**
Número da certidão:	**230140268258275**
Data de emissão:	**20/09/2023 11:20:16**
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158):	**18/03/2024**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: http://www.sef.sc.gov.br

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 20/09/2023 11:20:16

Assinado por SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - CNPJ: 82.951.310/0001-56 - Data/Hora: 20/09/2023

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

72

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 031764749-20

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **51.588.397/0001-15**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 18/01/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (20/09/2023 13:09:26)

PREFEITURA MUNICIPAL RIO NEGRINHO
ESTADO SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS 8808/2023

Contribuinte

Nome/Razão:	**10654046 - 51.588.397 SIDNEI MUEHLBAUER**		
CNPJ/CPF:	51.588.397/0001-15		
Endereço:	RUA SANTA CATARINA, 156		
Complemento:			
Bairro:	BELA VISTA	Cidade: Rio Negrinho - SC	

Finalidade

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VALIDADE
20/09/2023	**60 dias**

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, de responsabilidade do contribuinte abaixo identificado C E R T I F I C O que, em nome de **51.588.397 SIDNEI MUEHLBAUER** até a presente data não existem, em aberto, débitos de tributos municipais.

Rio Negrinho - SC, 20 de setembro de 2023

Código de Autenticação: WGT211201-000-PWDRUQZWSQGRKR-5

DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ACÓRDÃO Nº 2745/2010 – TCE/PR

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

CREDENCIAMENTO Nº 005/2023

Em atendimento ao Acórdão nº 2745/2010 – TCE/PR, a empresa 51.588.397 SIDNEI MUEHLBAUER, inscritano CNPJ/MF nº 51.588.397/0001-15 declara para os devidos fins não ser servidora do Município de Piên, nem possuir cônjuge ou companheiro (a), parente em linha reta e/ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor (a) público deste Município, que nele exerça cargo em comissão ou função de confiança, seja membro da comissão de licitação, comissão de credenciamento ou autoridade ligada à contratação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Rio Negrinho/SC, 20 de setembro de 2023.

SIDNEI MUEHLBAUER
CPF: 050.566.729-04

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO E DE IDONEIDADE

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

CREDENCIAMENTO Nº 005/2023

Com vistas à participação no **CREDENCIAMENTO** em epígrafe e, para todos os fins de direito, DECLARAMOS que até a presente data inexistem fatos impeditivos para nossa participação e habilitação, e estamos cientes da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

DECLARAMOS, ainda, que não fomos declarados inidôneos por nenhum órgão do poder público em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Rio Negrinho/SC, 20 de setembro de 2023.

SIDNEI MUEHLBAUER
CPF nº 050.566.729-04

Rio Negrinho, 20 de setembro 2023

76

DECLARAÇÃO DE EXPERIÊNCIA E CAPACIDADE TÉCNICA

Declaramos, para os devidos fins, que **O SR. SIDNEI MUEHLBAUER**, portador do RG nº 4245416-6 e inscrito no CPF sob nº 05056672904, desempenhou a função de *Professor de Música e de Canto/Coral* no período de 01/02/2011 a 01/06/2017, na EMEB Prefeito Frederico Lampe, atendendo turmas de Pré a 9ºano, na faixa etária de 5 (cinco) aos 15 (quinze) anos.

Ressaltamos que o trabalho foi realizado de maneira satisfatória, cumprindo com o proposto pela Escola, atendendo nossas necessidades e prezando pela qualidade do serviço, não apresentando nada que o desabone profissional e tecnicamente.

Por ser verdade, firmo o presente.

Rio Negrinho, 20 de setembro de 2023.

Assinatura do Responsável ou representante da escola

73.777.799/0001-09
APP ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PREFEITO FREDERICO LAMPE
RUA ARACY PINTO GUILGEN ,195
e-mail : emebfrelampe@gmail.com
Fone:(47)3644-3910
SÃO PEDRO - CEP:89.295-000
RIO NEGRINHO - SANTA CATARINA

Rua Aracy Pinto Guilgen,195 - Bairro São Pedro - CEP 89298378 - Rio Negrinho, SC
emebfredericolampe@educacaorionegrinho.com.br
Fone/WhatsApp - 47 3644 3910 - CNPJ - 73.777.799/0001-09

PREFEITURA MUNICIPAL RIO NEGRINHO

Folha de Pagamento

Certidão Tempo de Serviço - Modelo IV - Consolidada por Cargo

77

Certidão de Tempo de Serviço Nº 39290

Funcionário: SIDNEI MUEHLBAUER
PIS/PASEP: 13161514725 CPF: 050.566.729-04
Órgão Expedidor: PREFEITURA MUNICIPAL RIO NEGRINHO
Fonte de Informação: Assentamentos Funcionais

Quadro Demonstrativo de Tempo de Serviço

Início: 25/05/2009	Término: 30/12/2009	Tempo Bruto: 220	Deduções: 0	Tempo Líquido: 220
Cargo: PROFESSOR I 20 HRS			Regime de Trabalho: Contrato Prazo Determ. (RJU)	
Previdência: Plano de Previdência Federal			Centro Custo: 06.002.001 - FUNDAMENTAL-80%	
Início: 01/02/2011	Término: 18/12/2011	Tempo Bruto: 321	Deduções: 0	Tempo Líquido: 321
Cargo: PROFESSOR I 20 HRS			Regime de Trabalho: Contrato Prazo Determ. (RJU)	
Previdência: Plano de Previdência Federal			Centro Custo: 06.002.001 - FUNDAMENTAL-80%	
Início: 13/02/2012	Término: 20/12/2012	Tempo Bruto: 312	Deduções: 0	Tempo Líquido: 312
Cargo: PROFESSOR I 40 HRS			Regime de Trabalho: Contrato Prazo Determ. (RJU)	
Previdência: Plano de Previdência Federal			Centro Custo: 06.002.001 - FUNDAMENTAL-80%	
Início: 25/02/2013	Término: 10/05/2013	Tempo Bruto: 75	Deduções: 0	Tempo Líquido: 75
Cargo: PROFESSOR II 40 HRS			Regime de Trabalho: Contrato Prazo Determ. (RJU)	
Previdência: Plano de Previdência Federal			Centro Custo: 06.002.001 - FUNDAMENTAL-80%	
Início: 11/05/2013	Término: 13/08/2013	Tempo Bruto: 95	Deduções: 0	Tempo Líquido: 95
Cargo: PROFESSOR II 20 HRS			Regime de Trabalho: Contrato Prazo Determ. (RJU)	
Previdência: Plano de Previdência Federal			Centro Custo: 06.002.001 - FUNDAMENTAL-80%	
Início: 16/08/2013	Término: 15/09/2015	Tempo Bruto: 761	Deduções: 0	Tempo Líquido: 761
Cargo: PROFESSOR II 20 HRS			Regime de Trabalho: Contrato Prazo Determ. (CLT)	
Previdência: Plano de Previdência Federal			Centro Custo: 06.002.001 - FUNDAMENTAL-80%	
Início: 02/06/2016	Término: 01/06/2017	Tempo Bruto: 365	Deduções: 0	Tempo Líquido: 365
Cargo: PROFESSOR II 20 HRS			Regime de Trabalho: Contrato Prazo Determ. (CLT)	
Previdência: Plano de Previdência Federal			Centro Custo: 06.002.001 - FUNDAMENTAL-80%	

Certificamos que o interessado conta, de efetivo exercício, o tempo líquido de 2.149 dias, correspondentes a 5 ano(s), 10 mes(es), e 24 dia(s).

Rio Negrinho, 30 de agosto de 2023

KAUANE APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS
Oficial Administrativo
CPF: 120.805.549-64

83 102 756/0001-79
PREFEITURA MUNICIPAL
DE RIO NEGRINHO
AV. RICHARD SCHWEITZER DE ALBUQUERQUE, 200
CENTRO - CEP 89295-000
RIO NEGRINHO - SANTA CATARINA

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para os devidos fins e direito, na qualidade de proponente do **CREDENCIAMENTO Nº 005/2023**, instaurado pelo Município de Piên, que:

Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;

Comprometemo-nos a manter, durante todo o período de vigência do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no referido edital;

Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei nº 8.078 – Código de Defesa do Consumidor, bem como, ao edital e anexos do **CREDENCIAMENTO Nº 005/2023**;

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Rio Negrinho/SC, 20 de setembro de 2023.

SIDNEI MUEHLBAUER
CPF nº 050.566.729-04

Prefeitura de
PIÊN

PARECER DA COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

79

INTERESSADOS: COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EMPRESA 51.588.397 SIDNEI MUEHLBAUER

ASSUNTO: ANÁLISE DE DOCUMENTOS

REF.: CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2023

Recebeu, esta Comissão de Credenciamento, no dia 20 de setembro de 2023, requerimento da empresa 51.588.397 SIDNEI MUEHLBAUER, estabelecida no endereço Rua Santa Catarina, nº 156, bairro Bela Vista, Rio Negrinho/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 51.588.397/0001-15, a documentação ora solicitada no item 7. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO/CREDENCIAMENTO, Subitem 7.1.3., do Edital do Credenciamento Público nº 005/2023 e demais documentos, quais sejam:

1 – Requerimento constando os dados do profissional que irá prestar o serviço;
2 – Cotação de preço, com valor mensal de R$ 1.384,00 (um mil, trezentos e oitenta e quatro reais);
3 – Cópia da Cédula de Identidade (R.G.), com idade mínima de 18 anos;
4 – Prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF (CNH);
5 – Copia cartão do CNPJ;
6 – Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
7 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
8 – Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (que abrange inclusive as contribuições sociais), que equivale à Certidão Negativa com INSS, atendendo a alínea "i";
9 – Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais (SC);
10 – Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais (PR);
11 – Certidão Negativa de Débitos de Tributos Municipais de sua sede (Rio Negrinho/SC);
12 – Declaração, sob as penas da Lei, que a proponente não é servidora ou dirigente de orgão do Municipio de Piên;
13 – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas;
14 – Certificado em Licenciatura em música, em curso reconhecido pelo Ministério da Educação (UFRGS);
15 – Comprovação de experiência de no mínimo 02 (dois) anos do professor de música com turmas/ oficina de canto e coral, com crianças e adolescentes na faixa etária de 06 (seis) a 14 (quatorze) anos;
16 – Certificado da Condição de Microempreendedor Individual;
17 – Declaração de Responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.

Após verificação e análise dos documentos apresentados, a Comissão de Credenciamento, concluí que a empresa 51.588.397 SIDNEI MUEHLBAUER, preenche os requisitos do Edital e está **HABILITADA** a participar do Credenciamento nº 005/2023, pois apresentou a documentação necessária ao credenciamento.

É o parecer.

Piên/PR, 27 de setembro de 2023.

Ingrid Rubiane de Bassi Fragoso
Matrícula nº 101081

Tatiane Andreza Katzer
Matrícula nº 316151

Dienbens Ozeas Ribas Senn
Matrícula nº 4765696

Letícia Inez Schroth Gabardo
Matrícula 4765780